

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**O LIMITE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO AO
ESQUECIMENTO**

Nathalia Soares Sessim

Rio de Janeiro
2017 / 2º SEMESTRE

NATHALIA SOARES SESSIM

O LIMITE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Guilherme Magalhães Martins.**

Rio de Janeiro

2017/ 2º SEMESTRE

NATHALIA SOARES SESSIM

**O LIMITE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO AO
ESQUECIMENTO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Guilherme Magalhães Martins.**

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2017 / 2º SEMESTRE

FACULDADE NACIONAL DE DIREITO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

DATA DA APRESENTAÇÃO: ____ / ____ / 2017.

NO DIA SUPRAMENCIONADO, A BANCA EXAMINADORA INTEGRADA PELOS PROFESSORES GUILHERME MAGALHÃES MARTINS, _____ E _____, REUNIU-SE PARA EXAMINAR A MONOGRAFIA DE NATHALIA SOARES SESSIM DRE: 113082347, INTITULADA O LIMITE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO.

APÓS A EXPOSIÇÃO DO TRABALHO DE MONOGRAFIA PELO(A) ALUNO(A), ARGUIÇÃO DOS MEMBROS DA BANCA E DELIBERAÇÃO SIGILOSA, FORAM ATRIBUÍDAS AS SEGUINTE NOTAS, POR EXAMINADOR:

	Nota: Respeito à Forma (Até 2,0)	Nota: Apresentação Oral (Até 2,0)	Nota: Conteúdo (Até 5,0)	Nota: Atualidade e Relevância (Até 1,0)	Nota Total e Final
Prof. Orientador					
Prof. Membro 01					
Prof. Membro 02					
Média Final	X ----- X ----- X ----- X ----- X ----- X ----- X ----- X				

PROF. ORIENTADOR: _____ NOTA: _____
PROF. MEMBRO 01: _____ NOTA: _____
PROF. MEMBRO 02: _____ NOTA: _____

MÉDIA FINAL: _____

SE A MÉDIA FINAL FOR 10,0 (DEZ), O TRABALHO RECEBE INDICAÇÃO PARA O PRÊMIO SAN TIAGO DANTAS? () SIM () NÃO

RESUMO

Especialmente após a revolução tecnológica e a disseminação do acesso à internet e do uso da rede em todos os aspectos da vida humana, enfrentou-se, pela primeira vez, a necessidade de criação de regulamentações acerca dos dados pessoais. Desconhecia-se, pois, o valor das informações pessoais disponibilizadas na rede e, principalmente o tenuous limite entre o direito à liberdade informativa e de imprensa, bem como a liberdade de expressão, as quais foram objeto de muita luta e conquistadas aos poucos após longos períodos ditatoriais, e os direitos individuais à imagem, à honra, à intimidade e à privacidade, dando ensejo a um direito da personalidade desconhecido, o direito ao esquecimento. Também conhecido como direito à autodeterminação informativa, tem o intuito de assegurar aos indivíduos a proteção de seus dados pessoais.

PALAVRAS-CHAVE

Direito ao esquecimento, direito à informação, proteção de dados, algoritmos, liberdade de expressão.

ABSTRACT

Especially after the technological revolution and the spread of Internet access and the use of the network in all aspects of human life, the need for regulations for personal data was faced for the first time. The value of the personal information made available on the network and, in particular, the tenuous limit between the right to freedom of information and of the press, as well as freedom of expression, which were the object of much struggle and conquered little by little after long dictatorial periods, and individual rights to image, honor, intimacy and privacy, giving rise to a right of the unknown personality, the right to forgetfulness. Also known as the right to informational self-determination, it is intended to ensure individuals the protection of their personal data.

KEYWORDS

Right to be forgotten, right to information, data protection, algorithms, freedom of expression.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1.....	10
1.1. Sociedade brasileira demarcada pela censura e luta pela liberdade.....	10
1.2. Análise principiológica do direito coletivo à informação.....	12
1.3. Proteção da privacidade na sociedade em rede.....	16
CAPÍTULO 2.....	26
2.1 Direito ao esquecimento e estudo de casos hipotéticos.....	26
2.2 Regulamentação acerca da proteção de dados pessoais.....	33
2.3 Análise casuística em âmbito nacional.....	41
CAPÍTULO 3.....	47
3.1 Internet das coisas e proteção de dados.....	47
3.2 A tomada de decisão algorítmica e a privacidade.....	58
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como intuito principal a realização de uma análise evolutiva da sociedade no que diz respeito às liberdades individuais e coletivas. No capítulo 1 será realizada uma breve retrospectiva acerca da luta no cenário político ditatorial demarcado pela coercitividade, pela censura, pela restrição da liberdade em todos os seus aspectos. Em um período histórico em que a força física podia ser usada como forma de punição, a partir da tortura e dos Atos Institucionais e práticas desumanas as quais feriam os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana descaradamente.

Superada essa fase obscura, a qual permeou não só o cenário político brasileiro, mas também se fez presente em diversos países do mundo, a sociedade se depara finalmente com uma liberdade informativa, liberdade de imprensa e garantias individuais, contempladas pela Constituição da República Federativa Brasileira em seus artigos 60, 220 e 5º, respectivamente. A partir de então, a imprensa ganha uma força descomunal e, associada à Revolução tecnológica e a difusão da internet, estabelece relações jamais conhecidas e nunca tuteladas pelo ordenamento jurídico, quais sejam relações sociais, afetivas, de consumo, profissionais, dentre infinitas outras.

Em meio à uma insuficiente tutela dessas relações provenientes da internet, surgiu a necessidade da criação de uma lei específica, a qual ficou conhecida como Marco Civil da Internet no Brasil, a qual surgiu a partir de uma governança participativa. A Lei em questão, Lei 12.965 de Abril de 2014, visa estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, delimitando atuação da União, Distrito Federal, Estados e Municípios em relação à matéria, exaltando a liberdade de expressão, a fim de reconhecer a rede em escala mundial, bem como os direitos humanos a ela atrelados, a cidadania, respeitando a pluralidade e diversidade dos cidadãos, a abertura e livre concorrência como finalidade social da mesma, conforme artigos 1º e 2º da lei em questão. Além disso, busca preservar o caráter liberal, a fim de derrubar barreiras sociais, garantido o acesso dessa tecnologia à todos.

Em virtude da ampla difusão da rede e dos meios de comunicação, começaram a surgir episódios de mau uso dos dados pessoais e violação da privacidade, o que foi constatado através de pesquisas que constataram uma relação diretamente proporcional do aumento do uso de diversas plataformas e do número de demandas as quais invocavam proteção da privacidade,

honra, imagem, intimidade. O que se percebe é uma mera incapacidade de tutelar essas relações por parte do marco civil, na medida que, quando ele determina como pressuposto básico o “consentimento expresso” do detentor daquele dado pessoal, ele não consegue englobar ou alcançar a capacidade e a dinamicidade da internet, mostrando-se claramente ineficaz.

No Capítulo 2 será enfatizada a ausência de previsibilidade jurídica enfrentada pela sociedade informatizada, posto que se percebe uma necessidade de reformulação do conceito de privacidade, de modo que entra em evidência um novo direito da personalidade, o direito ao esquecimento, que envolve direitos individuais incitados pela Constituição. Esse direito, conhecido como direito de autotutela de seus dados pessoais, ficou muito popular após o *leading case* Costeja González Vs Google, além da repercussão de outros casos na mídia, como o da modelo Daniela Cicarelli, da Xuxa, Chacina da Candelária, dentre infinitos outros.

Observada a necessidade de regulamentação mais específica acerca da proteção dos dados pessoais, foi criado no Brasil o Projeto de Lei 5276 de 2016 de modo a complementar o Marco Civil. O projeto possui 56 artigos capazes de definir dados sensíveis e estabelecer limites na transferência (repasso e venda) de dados pessoais entre empresas, às informações financeiras e de crédito, à crianças e adolescentes e quanto à criação de autoridade específica para a proteção de dados. O Projeto de Lei se assemelha ao *General Data Protection Regulation* (GDPR), a primeira regulamentação acerca do uso dos dados pessoais no mundo, proveniente, a qual visa unificar e padronizar a transferência internacional de dados por toda a União Europeia, com previsão para entrar em vigor a partir de maio de 2018.

Por fim, o capítulo 3 tratará do modelo de internet das coisas, onde quanto mais coisas conectadas, melhor, na medida que, hoje, há 12 bilhões de dispositivos conectados à internet. Embora soe bastante positivo esse ganho no âmbito da informatização, cumpre destacar que, ainda hoje, há 4 bilhões de pessoas que não têm acesso à internet, apesar de essa ferramenta ser considerada um direito fundamental, inclusive pelo Marco Civil. Com o objetivo de sanar essa disparidade, onde metade da população mundial encontra-se desconectada, as empresas privadas têm criado projetos para solucionar essa questão.

Ademais, superado o desafio acima retratado, o que mais preocupa os estudiosos da área são os empecilhos ligados à cibersegurança, à privacidade e a ética. Nesse aspecto, há uma enorme

dificuldade de tutelar a utilização dos dados, visto que a determinação de consentimento expresso, tratado pelo Marco Civil, é ineficaz, ante a prova de que grande parte dos usuários não lê, de fato, os termos de uso antes de aceitarem a contratação eletrônica de determinado serviço ou produto. Portanto, discutir o “impacto” dos algoritmos na sociedade é analisar a governança dos mesmos a fim de evitar um futuro cada vez mais controlado por eles, sem estigmatizá-los como elementos ruins, apenas ponderando a partir da proteção de determinados direitos fundamentais. Vislumbra-se um lado negro da cibercultura, promovido pelo fornecimento de informações pelos usuários à rede em troca de algum benefício, criando aquilo que chamamos de *Big Data*.

Em suma, impactos graves como a discriminação, a padronização e a opacidade, têm sido frequentes, o que preocupa muito os estudiosos acerca do assunto. Isto posto, o que se pretende nesse trabalho é criar uma iniciativa reflexiva acerca dos danos que o uso indiscriminado da internet pode provocar na sociedade, de modo a evitar práticas frequentes, como o famoso *dataísmo*¹.

¹ O neologismo “*dataísmo*” faz referência a uma crença na tomada de decisão algorítmica, o que se assemelha à uma “religião” praticada pela maior parte da população atualmente.

CAPÍTULO 1

1.1 – Sociedade brasileira demarcada pela censura e luta pela liberdade

Neste capítulo será realizada uma breve análise histórica no que tange à luta do povo brasileiro pela quebra da censura institucionalizada pelos regimes ditatoriais no período compreendido entre 1937 e 1945, conhecido como Estado Novo, de Getúlio Vargas, e 1964 a 1985, com a Ditadura Militar. Com o fim dessa era de controle de atos e pensamentos, a liberdade de expressão e de imprensa ganhou grande força, passando a ser verdadeiramente valorizada como Direito Fundamental. Será feita, ainda, uma análise importante a respeito dos princípios e direitos tutelados pela Constituição da República de 1988, bem como por leis complementares, os quais ganharam muita força com o fim dos regimes autoritários e, principalmente, com a disseminação dos meios de comunicação e internet.

No Estado Novo de Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 regulamentou a censura à imprensa, tornando-a sua melhor forma de repressão. Desse modo, observa-se uma tentativa de condução da forma de pensar da sociedade brasileira da época, a fim de evitar um senso crítico que pudesse contrariá-lo. Vargas utilizava o modelo nazista de controle, institucionalizando o Departamento de Imprensa e Propaganda, conhecido como DIP, que limitava o exercício de imprensa e emitia listas de assuntos proibidos.

Quatorze anos após a morte de Getúlio, o Brasil enfrentou a Ditadura Militar, período conhecido como “anos de chumbo”, instaurada pelo Golpe de Estado em 1964 e perdurando até 1985. O regime pôs em prática Atos Institucionais (AI's) os quais suprimiram liberdades individuais como um todo, acarretando a suspensão da Constituição de 1946 e chegando ao ápice do controle social com a institucionalização do AI-5. Criou-se, ainda, um Código Penal Militar, o qual atribuiu poderes ao exército

brasileiro e à polícia para punir, encarcerar e torturar pessoas consideradas “suspeitas”, sem qualquer embasamento probatório.

Com esse cenário marcado pela censura exacerbada, inicia-se um processo de ofuscamento cultural e informacional, atingindo a imprensa, a música, o teatro e o cinema, o qual possuía, inicialmente, cunho meramente detentor de pensamentos terroristas ou contrários ao governo vigente. Ocorre que, com o passar do tempo e com a naturalização das práticas de tortura, prisões ilegais, desaparecimento de pessoas e mortes em larga escala, o controle de imprensa passa a possuir um objetivo de esconder as práticas desumanas e a corrupção característica daquela época.

Como todo período repressor, a ditadura militar também atçou rebeldes com a criação do Ato Institucional número 5, acarretando na criação de uma imprensa clandestina, alternativa àquelas ligadas ao capital estatal, alimentadas por grupos de resistência.

Nota-se, portanto, um a luta muito grande pela tão sonhada liberdade informacional e liberdade de expressão, hoje, consolidada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ocupando o rol dos Direitos Fundamentais.

O pior regime totalitário não almeja apenas o controle das ações da sociedade, mas do que pensam seus cidadãos, com a pretensão de realizar um exacerbado direcionamento do pensamento popular, de modo a bitolar a sociedade como um todo, padronizando ideias e evitando pensamentos revolucionários. Outrossim, a censura não é algo que, como disse o Ministro Luís Roberto Barroso²:

2 BARROSO, Luís Roberto. *Liberdade de Expressão, Censura e Controle da Programação de Televisão na Constituição de 1988*, Temas de Direito Constitucional, 2001, p. 345-6.

“Em todos os tempos e em todos os lugares, a censura jamais se apresenta como instrumento de intolerância, da prepotência ou de outras perversões ocultas. Ao contrário, como regra ela destrói em nome da segurança, da moral, da família, dos bons costumes. Na prática, todavia, oscila entre o arbítrio, o capricho, o preconceito e o ridículo. Com efeito, uma das características sorrateiras da censura é a de negar não apenas as ideias diferentes ou discordantes, mas sobretudo a de negar-se a si mesma. A censura costuma ser um mal oculto e silencioso juntamente porque a voz silenciada é sempre a dos opositores”.

1.2 – Análise conceitual e principiológica de direito à informação

A difusão da liberdade de expressão é marcada pela promulgação da Constituição da República de 1988, a qual deliberou a respeito das liberdades individuais e coletivas, tratando-os como direitos fundamentais e invioláveis. Foram, os direitos e garantias individuais, incluídos no art. 60, §4º, CRFB/88, que trata das Cláusulas Pétreas, não podendo, portanto, de forma alguma, sofrerem alteração.

" Art. 60, § 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
I - a forma federativa de Estado;
II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
III - a separação dos Poderes;
IV - os direitos e garantias individuais. "

Isto posto, a liberdades de manifestação do pensamento foram plenamente reestabelecidas pelo art. 5º, incisos IV e IX, e art. 220, caput, §§1º e 2º, caracterizando como violação de preceitos constitucionais fundamentais qualquer forma de censura política, ideológica e artística.

A liberdade de expressão, por sua vez, possui uma natureza dúplice, segundo Konrad Hesse³⁴, podendo ser analisada sob dois aspectos relevantes, o primeiro é o

3 HESS, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Traduzido por Luís Afonso Heck. Alemanha, 1998, 20ª ed. FABRIS. p. 302-3: “O alcance completo

individual e defensivo, a qual representa a “liberdade de”, de modo a proteger-se das ingerências indevidas do Estado na livre formação do pensamento, e sob o aspecto transidual e protetivo, que se preocupa com o enriquecimento da qualidade e do grau de inclusividade do discurso público, conhecida como a “liberdade para”.

A liberdade de expressão, hoje, integra o rol dos direitos fundamentais da Constituição da República Federativa Brasileira, em seu artigo 5, incisos IV e IX, os quais versam a respeito da livre manifestação do pensamento, vedando o anonimato, e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sendo, ainda, proibido qualquer forma de censura ou licença para a mesma.

Outrossim, no artigo 220, caput e parágrafos 1º, 2º e 5º da CRFB/88, protege-se o direito à da coletividade à liberdade informacional, no sentido que coloca como primordial toda forma de manifestação do pensamento e criatividade, embargando toda e qualquer forma de restrição à plena liberdade de informação jornalística, independente do meio de comunicação social; toda censura de natureza política, ideológica e artística e, por fim, a vedação de quaisquer aspirações de controle dos meios de comunicação a partir de monopólio ou oligopólio dos mesmos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

dessas garantias abre-se, também aqui, somente com vista ao seu caráter duplo: elas são, por um lado, direitos subjetivos, e, precisamente, tanto no sentido de direitos de defesa como no de direitos de cooperação política; por outro, elas são prescrições de competência negativa e elementos constitutivos da ordem objetiva democrática e estatal-jurídica. Sem a liberdade de manifestação da opinião e liberdade de informação, sem a liberdade dos meios de comunicação de massa modernos, imprensa, rádio e filme, opinião pública não pode nascer, o desenvolvimento de iniciativas e alternativas pluralistas, assim como ‘formação preliminar da vontade política’ não são possíveis, publicidade da vida política não pode haver, a oportunidade igual das minorias não está assegurada com eficácia e vida política em um processo livre e aberto não se pode desenvolver. Liberdade de opinião é, por causa disso, para a ordem democrática da Lei Fundamental, ‘simplesmente constitutiva’.

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Torna-se claro que a liberdade informacional foi, de fato, incorporada tanto pelos detentores dos meios de comunicação, quanto pela massa da população, o que se intensificou pela criação e popularização do advento da internet, facilitando absurdamente o acesso ao conteúdo, encurtando distâncias e dinamizando o tempo.

Finalmente, com a disseminação da internet no mundo e no Brasil e pela lacuna na legislação enfrentada, ocorre o chamado Marco Civil da Internet no Brasil, instituído pela Lei 12.965 de Abril de 2014 e sancionada pela Presidente Dilma, teve como fim de regulamentar as relações pautadas por essa nova ferramenta que em pouco tempo atingiu

grande parte dos cidadãos e que, hoje, é considerada a maior forma de comunicação no mundo inteiro. O marco civil da internet surgiu em 2009 idealizado em conjunto entre o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas e o Ministério de Justiça. Foi feito um anteprojeto de lei com participação ativa e iniciação pioneira de consulta pública na internet. Surgiu um projeto de lei, o qual foi colocado em consulta pública no portal *E-democracia*, também com participação ativa de toda a população e, após sancionado em 2014

Cabe destacar também que o processo de desenvolvimento do mesmo se tornou um verdadeiro modelo internacional de governança participativa. Na Europa, iniciativas no mesmo sentido foram desenvolvidas usando o mesmo processo. A consulta atual tem como objetivo especificar dois assuntos principais que já estão definidos, que são a neutralidade da rede e a implementação da proteção dos dados pessoais. Os brasileiros têm, não somente a possibilidade, mas também a oportunidade democrática de participar do desenvolvimento dessas regras.

O Marco Civil da Internet, por sua vez, teve um importante papel no sentido de estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, delimitando atuação da União, Distrito Federal, Estados e Municípios em relação à matéria. Segundo à mesma, o principal fundamento do uso desse meio informacional e de comunicação é o primordial respeito à liberdade de expressão, a fim de reconhecer a rede em escala mundial, bem como os direitos humanos a ela atrelados, a cidadania, respeitando a pluralidade e diversidade dos cidadãos, a abertura e livre concorrência como finalidade social da mesma, conforme artigos 1º e 2º da lei em questão.

Isto posto, visa-se, ainda, no artigo 3º da lei, preservar o caráter liberal, derrubando barreiras sociais no que concerne à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso, garantindo o uso da mesma por todos, bem como acesso ao conhecimento, à informação e participação na vida cultural e na condução de assuntos públicos. O que se percebe é um fenômeno político de minimização de diferenças econômico-sociais, no que tange ao acesso à informação e cultura, equalizando a participação social e utilizando a internet como ferramenta para o exercício da cidadania, conforme disposto no artigo 7º.

De acordo com uma análise de Daniel Bucar⁴ o que delimita a fronteira entre a liberdade de expressão e o direito ao esquecimento é a necessidade da interpretação da matéria à luz da Constituição da República, devendo-se observar os seguintes pontos quando do prevalecimento da liberdade de expressão: o compromisso ético com a informação verossímil; a preservação dos direitos da personalidade, mitigados quando se tratar de pessoas notórias; a vedação à crítica com o intuito difamatório deliberado e a contemporaneidade da notícia. Isto posto, dentre os argumentos contrários ao acolhimento do direito ao esquecimento nos casos levados ao STJ, pontuou-se a possibilidade de perda da história, a violação da liberdade de expressão, a privacidade como censura dos tempos atuais, a ausência de registro sobre os crimes perversos, o privilégio da memória individual em detrimento daquela da sociedade, a inexistência de ilicitude no ato; a extinção de programas policiais e a preservação do interesse coletivo.

Nesse sentido, os argumentos a favor do direito ao esquecimento caminham no sentido da proteção da vida privada e da historicidade das notícias, que apenas poderiam ser reavidas, sem o consentimento do interessado, quando o fato for historicamente relevante para a sociedade, atendido o requisito da ausência de artificialidade e abuso da notícia ao tempo de sua divulgação antecedente e original.

1.3. Proteção da privacidade na sociedade em rede

No que tange aos direitos da personalidade, contemplados pelo Código Civil em seu artigo 21, podemos ressaltar a proteção à imagem, à honra, à intimidade e à privacidade. Esta última, como forma de autodeterminação, foi a que mais sofreu alterações, ultrapassando o tradicional conceito de “direito de ser deixado só”, migrando

⁴ BUCAR, Daniel. *Controle temporal de dados: o direito ao esquecimento*. Civilistica.com. Rio de Janeiro. A. 2, n. 3, jul-set./2013. Disponível em <<http://civilistica.com/controle-temporal-de-dados-o-direito-ao-esquecimento/>>. Data de acesso: 13 de novembro de 2017.

para uma nova concepção com base na coexistência, na relação do indivíduo com o mundo externo e com os demais.

Stefano Rodotà defende a ideia de que há um ponto principal no conceito de privacidade, que viaja da originária definição de “*right to be left alone*” ao conceito de obter controle sobre as próprias informações e determinar modalidades de construção da própria esfera privada, encarando a privacidade como um instrumento fundamental a favor da igualdade e da liberdade, contra a discriminação.⁵

A proteção da imagem, por sua vez, se mostra a cada dia mais difícil, em virtude do avanço tecnológico que facilitou o processo de divulgação e manipulação. Observa-se, pois, uma dificuldade na proteção para além da “imagem-retrato”, buscando-se proteger também a “imagem-atributo”, que é o modo como alguém se apresenta em seu ambiente social⁶, o conjunto de características decorrentes das condutas de determinado indivíduo.

Em uma análise a respeito da proteção da privacidade, o que se pode fazer nos dias atuais é estimular reflexões que infelizmente não constituem respostas formadas. O direito se encontra aliado às infinitas novas tecnologias que não podem ser desvinculadas do ordenamento jurídico. Dessa forma, o Direito e a internet caminham juntos de forma que não podemos pensá-lo desvinculado dos algoritmos, dos “filtros bolhas”, das criptografias, dentre outras ferramentas trazidas pela Revolução Tecnológica.

⁵ RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade de vigilância*. Privacidade hoje, cit, no prelo. A hipótese é explicada por Danilo Doneda: “Nesta mudança, a proteção da dignidade acompanha a consolidação da própria teoria dos direitos da personalidade e, em seus mais recentes desenvolvimentos contribui para afastar uma leitura pela qual sua utilização em nome de um individualismo exacerbado alimentou o medo de que eles se tornassem o ‘direito dos egoísmos privados’. Algo paradoxal, a proteção da privacidade na sociedade da informação, tomada na sua forma de proteção de dados pessoais, avança sobre terrenos outrora não disponíveis e induz ao indivíduo os meios necessários para a construção e consolidação de uma esfera provada própria” (Danilo DONEDA. “Da privacidade à proteção de dados pessoais”. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 23-24).

⁶ PEREIRA DE SOUZA, C. A. *Contornos atuais do direito à imagem*. In: Revista Forense, n. 367, mai-jun. de 2003, pp. 45-68.

Se temos conceitos diversos e algum tipo de delimitação do que seria um âmbito de proteção da privacidade no contexto em que vivemos, na história também se encontra uma diferenciação bastante significativa. É possível pensar na privacidade no âmbito da proteção de dados pode ser vista de maneira universal ainda que as formas de proteção aplicadas, a execução seja diferente?

Fazendo uma breve análise da Plataforma Facebook, a seguir:

*Statement of connectivity 2015 (Facebook)*⁷

- 3.2 bilhões de pessoas estão conectadas a rede;
- O Brasil é o 5º país do mundo com maior número de conexões à internet;
- 97% das empresas e 23.8% dos domicílios brasileiros estão conectados à internet;
- Mais da metade dos dados de redes móveis estavam concentrados nas plataformas: Facebook, YouTube, WhatsApp e Instagram.
- 31% dos prisioneiros aceitam compartilhar dados pessoais.

Isto posto, percebe-se que uma gama absurda de indivíduos depende tanto do Facebook como de demais meios de comunicação em seu cotidiano, representando ferramentas indispensáveis na execução de suas atividades diárias, impulsionando suas vidas sociais, profissionais, pessoais, e nos demais aspectos supervenientes da vida humana.

Em se tratando do Marco Civil da Internet no Brasil, o que, indiscutivelmente, representou uma importante iniciativa do ordenamento jurídico no que diz respeito às relações de consumo, interpessoais, profissionais a partir da disseminação do advento da internet. Contudo, se mostra ainda insuficiente no sentido de que não consegue tutelar de forma eficiente a dinamicidade desse meio informacional.

Nesse sentido, uma imensa barreira que se mostra incoerente com o intuito dos

⁷ Convergência digital, dados do Summerlab da Ericsson. Disponível em < <http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&tpl=home>>. Acesso em: 11 de maio de 2016..

meios de comunicação que utilizam a internet, é o fato de o Marco Civil possuir como pressuposto básico para essas relações o consentimento expresso. O chamado consentimento expresso a que a lei se refere deve ser um consentimento da mesma forma como realizado em um atendimento médico ou em um contrato de compra e venda de um imóvel tradicional. Contudo, há uma importante dificuldade na implementação do mesmo nas relações virtuais, tendo em vista que ultrapassa a ideia de um simples *click* ou aceite.

8

Os termos de uso e as políticas de privacidade do Facebook, por exemplo, são muito acessíveis, compreensíveis, além de utilizar uma linguagem capaz de atingir a todos, seja qual for sua formação ou grau de intelectualidade. Já a Apple, por sua vez, possui uma linguagem e tecnologia em maior grau de complexidade, sendo necessário, para determinadas pessoas, cursos de manejo dos seus equipamentos para que se possa ter acesso a todas as ferramentas oferecidas. Nota-se, ainda, a existência inclusive de blogueiros ou canais no Youtube os quais postam vídeos de auxílio em determinadas situações embaraçosas no uso de diversas plataformas, o que demonstra a iminente dificuldade que os usuários encontram.

O Marco Civil, o qual teve uma participação muito intensa da população, através de audiências públicas, traz, em seu art. 7º, traz direitos e garantias dos usuários de internet, no que tange à inviolabilidade da intimidade e da vida privada: “Não serão fornecidos os dados pessoais a terceiro, salvo consentimento livre, expresso e informado”.

Isto posto, entende-se por livre a livre manifestação de vontade do usuário, o qual não foi coagido a fazê-lo; por expresso, a existência de um registro que comprove aquele aceite; e informado, devendo constar informações básicas, acessíveis sobre aquela determinada plataforma e o que será utilizado, bem como os metadados, os dados que são coletados massivamente não conseguem identificar determinada pessoa, mas o cruzamento de dados consegue identificar determinado indivíduo. Essa informação deve ser previamente disponibilizada. Deve haver, ainda, uma confiança de que seus dados não sejam utilizados para outra finalidade além daquelas para as quais o usuário se propôs a

8

usar determinada plataforma.

Contudo, se observada maneira e a frequência através da qual cada um acessa aquela informalidade, se houvesse, a cada momento que movemos, curtimos, atuamos na internet, aparecesse um *pop up*, seria absurdamente inconveniente. A privacidade não é um padrão, também chamado de *privacy by default*, o usuário deve optar por um nível de privacidade diverso que proteja seus dados de maneira plena.

Muitos dizem que os dados são o novo petróleo, porém ainda mais valioso, eis que todos sabem quanto custa o petróleo e o quão relevante ele é para a sociedade, mas ninguém conhece o valor dos seus dados numa teia que só funciona devido à disponibilidade das respectivas informações de cada um (*trade off*).

Observa-se uma evolução do conceito de privacidade da mesma forma que temos as tecnologias modificando o conceito jurídico, até o momento que, no Tribunal Constitucional Alemão, surgiu a seguinte expressão: “autodeterminação informativa”⁹. Tal expressão nasce com o intuito de remodelar a nuvem de dados que não podiam ser acessados pelos seus respectivos detentores, a fim de instituir que cada indivíduo pudesse, por vontade própria, determinar aqueles dados que o interessaria estarem expostos na internet, e, de outro lado, aqueles que não mais o caracterizavam por algum motivo ou que representavam uma tremenda invasão à sua intimidade, e deveriam ser apagados.

O direito de ser esquecido, sancionado pela corte da União Europeia em 13 maio de 2014, surge como “novo direito da personalidade”, com o intuito de resguardar dados pessoais de indivíduos. Dessa maneira, informações irrelevantes ou desatualizadas são passíveis de serem apagadas, mais especificamente, as decisões nesse sentido se aplicam a situações em que a informações inadequadas, não pertinentes ou já não pertinentes ou excessivas em relação ao objetivo pelo qual foram processadas tendo em conta o tempo decorrido. Hoje, a privacidade se refere a capacidade da pessoa de livre e informadamente dispor acerca dos seus próprios dados, englobando direitos fundamentais diversos, como

⁹ MARTINS, Guilherme Magalhães. *Direito Privado e Internet*. 1ª ed. São Paulo: ATLAS, 2014. Cap. 1, p. 1-28.

direito à imagem, à honra, à privacidade, à intimidade, devendo ser valorado como tal e entendido como

Nesse sentido, pode-se dizer que a ausência de previsibilidade jurídica ocasiona uma certa insegurança no que diz respeito àquele que teve seus dados violados, de modo que não há, hoje, medidas cautelares ou tutelas que assegurem a proteção do autor da demanda, o que se demonstra bem claro no famoso caso da modelo Danielle Cicarelli e Renato Alfiero Malzoni Filho, conhecido como Tato, contra o Youtube Inc., Internet Group do Brasil Ltda e Organizações Globo de Comunicação. No caso em questão, o casal pleiteou por medidas protetivas à privacidade e intimidade, uma vez que foram filmados tendo relações íntimas em uma praia na Espanha e o vídeo havia sido postado no Youtube e estaria circulando por todo o mundo.¹⁰

¹⁰ **Agravo 472.738-4 da 4a. Câm. Dir. Privado do TJSP - Invasão de privacidade e exploração indevida de imagem - Caso Cicarelli**

VOTO Nº: 10448

AGRV.Nº: 472.738-4

COMARCA: SÃO PAULO

Relator Des. ÊNIO SANTARELLI ZULIANI (4ª Câmara Direito Privado)

AGTE.: RENATO AUFIERO MALZONI FILHO e DANIELLA CICARELLI LEMOS

AGDO.: INTERNET GROUP DO BRASIL LTDA., ORGANIZAÇÕES GLOBO DE COMUNICAÇÃO e YOUTUBE INC.

Pedido de antecipação de sentença por violação do direito à imagem, privacidade, intimidade e honra de pessoas fotografadas e filmadas em posições amorosas em areia e mar espanhóis - Tutela inibitória que se revela adequada para fazer cessar a exposição dos filmes e fotografias em web-sites, por ser verossímil a presunção de falta de consentimento para a publicação [art. 273, do CPC] - Interpretação do art. 461, do CPC e 12 e 21, do CC - Provimento, com cominação de multa diária de R\$ 250.000,00, para inibir transgressão ao comando de abstenção.

Vistos.

Os postulantes, RENATO AUFIERO MALZONI FILHO e DANIELLA CICARELLI LEMOS, ingressaram com ação inibitória com o propósito de suspender exibição do filme e de fotos deles, que foram captadas sem consentimento [clandestinidade] em momento de lazer na praia de Tarifa, na costa da Espanha, por um paparazzi e que estão sendo divulgadas em web-sites das requeridas [INTERNET GROUP DO BRASIL LTDA., ORGANIZAÇÕES GLOBO DE COMUNICAÇÃO e YOUTUBE INC.].

Os pretendentes afirmam que está ocorrendo violação aos direitos da personalidade [intimidade, privacidade, imagem], o que autoriza afirmar violação dos arts. 220, § 1º e 5º, X, da CF e 12 e 21, do Código Civil e não se conformam com o indeferimento da tutela antecipada, argumentando que o fato de as imagens terem sido captadas em local público [praia] não autoriza a publicidade sem consentimento, como está se verificando.

Decide-se.

Cumpra, inicialmente, estudar a possibilidade de ser concedida tutela antecipada inaudita altera parte, devido à forte oposição a esse tipo de medida, em virtude do art. 5º, LV, da CF. Evidente que seria recomendável citar as requeridas para resposta, o que garantiria segurança da decisão judicial a ser proferida. Ocorre que o direito dos envolvidos requer uma tutela de emergência, caracterizando uma situação em que as providências de citação agravariam o risco de dano [periculum in mora]. Nesse contexto, viável antecipar a tutela, ainda que sem a citação das requeridas.

Em seguida, não custa realçar a importância dos direitos da personalidade no estágio atual do Direito. O direito à imagem, antes do Código Civil, era protegido graças ao empenho dos doutrinadores, como CARLOS ALBERTO BITTAR, que sempre defendeu o conceito de resguardo da intimidade e da imagem retrato, ainda que em se cuidando de pessoas famosas, como artistas, que, igualmente, não merecem testemunhar agressões de sua imagem em revistas de sexo, de pornografia e ilustrações de textos indecorosos [Os Direitos da Personalidade, 2ª edição, Forense Universitária, 1995, p. 91].

Aliás, sobre essa circunstância e devido ao fato de a questão atingir pessoa conhecida, como Daniela Cicarelli, é de rigor mensurar se a informação que está sendo transmitida caracteriza adequada utilidade de conhecimento, isto é, se é bom para a sociedade insistir na transmissão do vídeo em que os dois cometem excessos à beira-mar. Não soa razoável supor que a divulgação cumpre funções de cidadania; ao contrário, satisfaz a curiosidade mórbida, fontes para mexericos e "desejo de conhecer o que é dos outros, sem conteúdo ou serventia socialmente justificáveis" [GILBERTO HADDAD JABUR, "A dignidade e o rompimento da privacidade", in Direito à Privacidade, Idéias e Letras, 2005, p. 99].

Não há motivo público que justifique a continuidade do acesso. Verifica-se que a tutela antecipada foi indeferida sob o fundamento de que não haveria ato ilícito na captação de imagens de banhistas que se beijam e trocam ousadas carícias em público, circunstância que excluiria ofensa a "direito à imagem ou desrespeito à honra, à intimidade ou à privacidade dos autores". Respeitada a convicção do ilustre Magistrado, era caso de atender os autores.

O direito à imagem sofre, não se discute, temperamentos. Não é absoluto, embora de cunho potestativo [somente o titular poderá dele dispor, mediante consentimento] cede frente ao interesse público preponderante. A pessoa não poderá se opor, por exemplo, que sua imagem-retrato seja incluída como parte de um cenário público, como quando é fotografada participando de um evento público, de uma festa popular, de um jogo esportivo, etc. Alguns segredos de pessoa notória podem ser contados e não filmados, com a descrição necessária, em obras biográficas, como anota, na Itália, LUIGI GAUDINO [La responsabilità extracontrattuale, Giuffrè, Milano; 1994, p. 248]: "sarà cioè lecita la narrazione della biografia, non già la trasposizione cinematografica di episodi della sfera intima di una persona riproposti esclusivamente per appagare la curiosità altrui".

Contudo, como adverte a Professora MARIA HELENA DINIZ ["Direito à imagem e sua tutela", in Estudos de Direito de Autor, Forense Universitária, 2002, p. 101], essa restrição é legítima quando a figura da pessoa não é destacada com insistência, pois o objeto da licença é o de divulgar uma cena em que a imagem da pessoa seja parte integrante [secundária]; aqui, no entanto, o que se verifica é a exploração das imagens das pessoas na praia e não o contrário. Ficou conhecida, na Itália, a sentença que responsabilizou a conhecida canal RAI de televisão, por reproduzir imagem ridícula de torcedor de futebol, captada em pleno estádio "precisamente con un dito infilato nella bocca" [GIOVANNA VISITINI, Trattato breve della responsabilità civile, Cedam, Milano; 2005, p. 468].

A situação de Renato e Daniella é muito pior do que a do italiano flagrado com um dedo na boca.

Não cabe ignorar o precedente do colendo STJ [Resp. 595.600 SC, DJ de 13.9.2004], pelo qual foi rejeitada indenização de dano moral por divulgação de retrato de moça que tomava sol, na praia, de topless. Todavia, não devemos esquecer, igualmente, que caso semelhante foi julgado de forma diferente pelo STJ de Portugal, quando se reconheceu a culpa pela publicação da foto de mulher "quase completamente nua (em topless) na praia do Meco, considerada um dos locais onde o nudismo se pratica com mais intensidade, número e preferência, mesmo que se admita ser essa pessoa fervorosa adepta ao nudismo" [nota 818, de p. 324, da obra de CAPELO DE SOUSA - O Direito Geral de Personalidade, Coimbra; 1995].

Resulta que não há uniformidade sobre essa importante variante do direito contemporâneo. Não é permitido afirmar, de forma categórica, no intróito da lide, que os jovens que protagonizaram cenas picantes não possuem direito de preservarem valores morais, como o de impedir que esses vídeos continuem sendo acessados por milhares de internautas, porque isso constrange e perturba a vida dos envolvidos, como relatado nos autos. E, na dúvida sobre o direito preponderante, "o privilégio sempre há de ser da vida privada. Isso por uma razão óbvia: esse direito, se lesado, jamais poderá ser recomposto em forma específica: ao contrário, o exercício do direito à informação sempre será possível a posteriori, ainda que, então, a notícia não tenha mais o mesmo impacto" [SÉRGIO CRUZ ARENHART, A tutela inibitória da vida privada, RT, 2000, p. 95].

No caso em apreço, segundo consta dos autos, a exposição da imagem dos autores é do tipo que causa depreciação, com ofensa ao resguardo e a reserva, porque são filmagens que estão sendo transmitidas como forte apelo sexual e com sentido obsceno. Nessa situação, lembra ADRIANO DE CUPIS, o consentimento da pessoa, com a exposição de imagem lesiva à honra, é obrigatoriamente expresse e específico [Os Direitos da Personalidade, Lisboa, 1961, p. 140], conceito que se aplica à hipótese, pois, ainda que eles não proibissem a indiscrição do paparazzi, como se aventou, deveria existir concordância deles para a publicação dos lances íntimos, porque depõem contra o resguardo da privacidade.

Os paparazzi são conhecidos pelo modo agressivo com que atuam na captação das imagens, informa REGINA SAHM [Direito à imagem no direito civil contemporâneo, Atlas, 2002, p. 207], o que caracteriza a ilicitude de suas atividades [voyeurismo]. Negar a tutela antecipada seria premiar a atuação desses profissionais que não pedem autorização para suas filmagens e fotos e, principalmente, legalizar o sensacionalismo e o escândalo propagados pelos meios de comunicação, sem licença dos envolvidos.

A tutela inibitória que está modelada no art. 461, do CPC, foi introduzida no sistema brasileiro para contornar os efeitos da crise do processo de conhecimento [condenatório]. A opção por perdas e danos [tutela ressarcitória] nem sempre atende os interesses imediatos dos titulares do direito subjetivo, pelo que a demora na solução do pedido poderá recrudescer ou ampliar o dano que se busca reparar, inviabilizando a ideologia da satisfação integral do lesado. Daí a necessidade de interditar, bloquear a expectativa de concretização de dano iminente ou paralisar a sua continuidade. Para LUIZ GUILHERME MARINONI, cuja previsão de três anos para o término de um processo é bem otimista, afirma que, "se alguém teme que seu direito à imagem seja violado, continue a ser violado ou seja novamente violado, não pode se dar ao luxo de esperar o tempo necessário ao trânsito em julgado da sentença cominatória" [Tutela inibitória, RT, 1998, p. 70].

A doutrina é uníssona em reconhecer a utilidade da tutela inibitória em casos de ofensa ao direito à imagem por meios de comunicação, até porque isso está previsto no art. 12 e 21, do Código Civil, valendo mencionar a obra de EDUARDO TALAMINI, Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer, RT, 2001, p. 440, que sugere aplicação da multa para dissuadir o ofensor. No campo da informática, destaca-se a doutrina autorizada de DEMÓCRITO RAMOS REINALDO FILHO [Responsabilidade por publicações na Internet, Forense, 2005, p. 149] e RICARDO LUIZ LORENZETTI [Comércio Eletrônico, RT, 2004, p. 435]. ELIMAR SZANIAWSKI afirmou [Direitos de personalidade e sua tutela, 2ª edição, RT, p. 2005]:

"A vítima terá por escopo obter, por parte do Judiciário, a cessação da execução da violação. A interdição da perturbação dar-se-á através de tutela inibitória, que além de fazer cessar o atentado atual e contínuo, removendo os efeitos danosos que são produzidos e que se protraem no tempo, possui natureza preventiva contra a possível prática de novos atentados pelo mesmo autor. As ações típicas destinadas para tutelar preventivamente a vítima de atos atentatórios ao seu direito de personalidade, consiste na ação inibitória antecipada, na ação de preceito cominatório, da tutela antecipada e das medidas cautelares atípicas, como a busca e apreensão e o seqüestro, e das medidas cautelares atípicas".

Os postulantes afirmam que não autorizaram as fotografias e as filmagens, e isso é verossímil, uma conclusão que se toma diante das circunstâncias em que foram fotografados e filmados. O Juiz poderá aplicar o art. 335, do CPC, para entender que, até prova em contrário, é permitido presumir que não autorizaram que seus momentos de intimidade fossem divulgados pelo mundo todo, como está ocorrendo. Há reclamação da parte dos envolvidos de que a maciça divulgação das cenas, da forma pornográfica e escandalosa que se confirma pelos documentos juntados, está repercutindo mal no ambiente de trabalho

As medidas no caso acima retratado foram pouco práticas, determinou-se que fosse cortado o sinal da de telefonia para que as pessoas não pudessem ter acesso ao vídeo, o que é completamente absurdo, de modo que, uma vez os nossos dados estando disponíveis na rede, na internet, eles estarão salvos para sempre e jamais serão plenamente apagados ou esquecidos. A proibição vale só para o *Youtube*, o que não impede que o vídeo continue livremente em circulação em centenas de outros sites da internet onde foi copiado e colado.

O que ocorre é que ainda que se fala em proteção de dados, necessidade de se pensar em aplicação da *internet privacy* como padrão, instrumentos contratuais que facilitem a ciência dos usuários acerca da utilização de informações de cada um, mas os mecanismos de tutela para aquele que teve seus dados violados, no caso de demanda judicial, não são eficientes. Evidencia-se uma lacuna no marco civil, o qual se limita a proteger, não regulamentando a respeito das tutelas eficazes para proteger aquele

deles, o que é um motivo de reforço da tutela que se concede, originariamente, para preservação de sentimentos e direitos fundamentais da dignidade humana [art. 1º, III, da Constituição Federal].

Não importa que seja verdade; os autores da ação querem preservar direitos tutelados pela Constituição Federal, de modo que as cenas de suas vidas privadas não podem ser mais veiculadas. O interesse do público não é mais importante que a evolução do Direito da intimidade e da privacidade e que estão sendo seria e gravemente afetados pela exploração da imagem.

A tutela inibitória a ser concedida impedirá que as requeridas permitam acesso ao filme e às fotografias, conforme pedidos dos itens "a" e "c", da inicial [fl. 40/41], arbitrada, para cada uma das rés, a multa diária de R\$ 250.000,00 [duzentos e cinquenta mil reais] em caso de desobediência. É necessário abrir um parágrafo para justificar o arbitramento da multa que é prevista no § 5º, do art. 461, do CPC.

Tendo em vista que o vídeo não contém matéria de interesse social ou público, há uma forte tendência de ser, no final, capitulada como grave a culpa daqueles que publicaram, sem consentimento dos retratados e filmados, as cenas íntimas e que são reservadas como patrimônio privado. Portanto e porque as pessoas envolvidas são conhecidas, a exploração da imagem poderá ter um sentido e uma conotação mercantilista, o que justifica mensurar a astreinte na mesma proporção das vantagens que as requeridas pretendem auferir com a divulgação, sob pena de se tornar inócua a providência judicial.

Pelo exposto, dá-se provimento para conceder a tutela antecipada, inaudita altera parte, nos moldes do pedido inicial, expedindo-se, com urgência, ofício para que o Juízo de Primeiro Grau expeça comunicado, via fax, para que as rés cumpram a ordem de abstenção, sob pena de multa diária de R\$ 250.000,00, para cada uma, em caso de transgressão.

ÊNIO SANTARELLI ZULIANI

Relator

indivíduo que foi lesado, que teve suas informações utilizadas de forma imprópria.¹¹

O que ocorre, em determinados casos, é o chamado *Efeito Barbara Streisand*, um fenômeno no ambiente da internet, em que há uma espécie de efeito reverso. Ocorre quando, da tentativa de aplicar o direito ao esquecimento, de modo a censurar ou remover determinada informação da rede, ela se volta contra o censor, culminando na vasta replicação da informação. No lugar da pretensão inicial, a qual seria suprimir aquele dado violado, acontece que a mesma ganha extensiva publicidade.

Esse fenômeno ganhou esse nome em 2003, por Mike Masnick, após um caso que envolveu a atriz americana Barbara Streisand, a qual demandou contra o fotógrafo Kenneth Adelman e o *website* pictopia.com, alegando invasão à privacidade por ter retirado fotos de sua propriedade, localizada na costa da Califórnia e tê-las disponibilizado na internet.

No caso da atriz Danielle Cicarele também se aplicou o *Efeito Streisand*, na medida que, após a medida liminar que bloqueou o acesso do Youtube no Brasil, o vídeo culminou por se espalhar pela internet, provocando desgosto nos fãs, o que contribuiu por manchar ainda mais a imagem da modelo. Esse é o grande problema quando o provedor de busca é responsabilizado, tendo em vista que o mero bloqueio da plataforma só instigará a curiosidade dos usuários a respeito do motivo causador. Ainda assim, cabe ressaltar que a mera indenização por danos morais não atende a pretensão inicial, a causa de pedir da ação judicial, devendo, assim, ser aplicada apenas como pedido subsidiário à remoção e explicação.

¹¹ MULHOLLAND, Caitlin. *Proteção de dados pessoais*. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

CAPÍTULO 2

2.1. Direito ao esquecimento e estudo de casos hipotéticos

O direito ao esquecimento não possui previsibilidade jurídica, o que representa a maior barreira para que seja devidamente tutelado. Não envolve, portanto, uma tomada de decisão previa vinculante, de modo que acaba por não gerar compromisso. Está sujeita à discricionariedade daquele que julga sendo, em geral, um bom senso que a maior parte das pessoas concorda. No entanto, quando nos deparamos com uma pessoa pública, é incontestável que a mesma está muito mais sujeita à críticas que alguém que opta por viver no anonimato.

Pode-se dizer que há uma espécie de roleta judicial posto que não existe, hoje, uma pré-disposição legal que determina casos e requisitos para a adequação do caso concreto, o que possibilita que o magistrado decida a favor da liberdade de expressão ou do direito ao esquecimento. Segundo apontamentos de uma análise judicial que envolveu uma pesquisa de dados em mais de duzentos processos, verificou-se que é recorrente a reforma da decisão pelo tribunal, insinuando falta de conhecimento do juiz de primeira instância prolator da sentença recorrida, como se este estivesse carente de informações a respeito do tema é precisasse aprender algo para um julgamento justo. Ocorre que isso não procede, tendo em vista que há sim fundamentos plausíveis para ambas as visões, seja do direito à informação ou não. Qualquer resultado, portanto, é possível, eis que há embasamento relevante para a defesa da honra, da imagem e da proteção da intimidade, mas também bons argumentos a favor da liberdade de expressão.

Há consequências que devem ser assumidas, mas se ficarmos limitador ao caso concreto torna-se inviável. Essa ausência de verdade processual criada pela falta de previsibilidade fica muito clara no caso de *Zurique Furi Vs Ricardo Teixeira*.

No caso em questão, *Zurique Furi* ganhou na primeira instância no Rio de Janeiro, no entanto, perdeu no Tribunal de Justiça (TJ) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por fim, ganhou no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso demonstra a falta de orientação

por parte dos julgadores perante essa matéria, o que abre precedente para um julgamento muito subjetivo que envolve exclusivamente a discricionariedade de cada um.

Por fim, Zurique ganhou a ação, no entanto, observa-se uma insegurança jurídica de modo que ele não se sentiria seguro de fazer uma nova crítica à Ricardo Teixeira. Ele pode repetir aquela matéria restritamente, tendo em vista que fez coisa julgada, porém, se ele fizesse outra crítica sobre Ricardo, isso poderia resultar em uma nova demanda judicial. Portanto, o problema do direito brasileiro acerca do tema “liberdade de expressão” e “direito ao esquecimento” é a ausência de previsibilidade jurídica.

Qualquer pessoa pode ler um trabalho sobre liberdade de expressão, ou melhor, um comediante pode ler um trabalho sobre liberdade de expressão, os limites da liberdade de expressão, ele pode ler uma tese de doutorado, mas no final ele vai continuar sem saber o que ele pode e o que ele não pode fazer ou a maneira como ele vai tratar aquela obra. Do mesmo modo, um jornalista pode ler uma tese de doutorado sobre liberdade de imprensa e direitos da personalidade e no final da tese ele vai entender porque aquele julgado é certo ou porque aquele juiz errou quando julgou, mas vai continuar não sabendo o que ele pode e o que ele não pode fazer ou os limites até onde ele pode chegar em determinada matéria. Vide que se sabe quais são os parâmetros a serem observados, mas eles não envolvem uma tomada de decisão prévia.

O professor Fábio Leite conduziu uma pesquisa interessante a respeito da liberdade de expressão que, apesar de não possuir caráter normativo algum, a princípio, constatou fatos repetidos interessantes para os estudiosos da área. A pesquisa teve como principal intuito um estudo descritivo, a fim de compreender os problemas do Brasil e, a partir de um direito comparado, entender como os demais países têm resolvido essas questões. O que se busca é saber se essa hipótese de falta de previsibilidade está correta e se essa crítica se limita ao nosso país, ou se todos os países também enfrentam essa barreira, se é de fato uma questão comum de todo o mundo.

Constatou-se que Portugal tem o mesmo problema, eis que foi levado treze vezes ao Tribunal Europeu e foi condenado em todas as 13 vezes. E a cada condenação Portugal nada aprendeu, sob o argumento de que se analisa cada caso específico separadamente, ignorando totalmente o que foi decidido anteriormente, ignora o fato de ter sido condenado pelo Tribunal Europeu todas as vezes em que restringiu a liberdade de expressão. Aprende, nesse caso, pode ser encarado como refletir sobre, e não atrelar cada decisão ao caso concreto como uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, não extraíndo nada a partir de cada julgado. Percebe-se não estudam as decisões da Corte Europeia, insistindo no julgamento isolado de cada lide. O presidente da Corte Europeia inclusive alertou Portugal, no sentido de olhar mais para a jurisprudência do Tribunal Europeu de modo que se pudesse evitar que casos de restrição da liberdade de expressão fossem levados ao Tribunal Europeu sempre, mas tudo indica que Portugal segue insistindo na análise do caso concreto e limitando-se à preservação dos direitos individuais da honra, intimidade e privacidade, não se atentando para os casos em que o direito coletivo à informação, à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão prevaleceria. Isto posto, observa-se uma enorme semelhança entre Portugal e o Brasil.

O estudo realizado pelo Professor Fábio Leite em seu grupo de pesquisa envolve um experimento a ser apresentado. Ele faz o seguinte questionamento: o que condiciona o resultado de um julgamento? Partimos da ideia que o magistrado está aplicando o direito, contudo, não existe um direito a ser aplicado com base na tomada de decisão prévia, não existe essa limitação pelo direito, o que dá ensejo a essa insegurança jurídica cada vez mais recorrente.

Para a pesquisa, elaborou-se um caso hipotético, a partir de um vídeo postado no Youtube chamado “Renato Gaúcho – Dia dos Namorados”. Trata-se de um ex-jogador de futebol, que fez sucesso nos anos 1980, demasiadamente machista, boêmio, envolvido em histórias polêmicas, que resolve, certo dia, aposentar-se e viver uma vida pacata, contrastando com seus hábitos anteriores. Dividiu-se a pesquisa em dois grupos isolados, retratando a mesma história, com base no mesmo vídeo inspiração, com o intuito de verificar se o uso do termo “Direito ao Esquecimento” mudaria o julgamento.

No caso hipotético em questão, o ex-jogador ajuizava uma ação contra uma espécie de Globo Repórter, em uma matéria de “jogadores-problema dos anos 1980”, em virtude de não desejar ser lembrado pelos seus maus hábitos, visto que na atualidade era pai de três filhos, convertido à Igreja, portanto, mais espiritualizado, havia se tornado um conhecido empresário na cidade de Petrópolis.

No primeiro grupo, para o ajuizamento da ação, utilizou-se a expressão “Direito à honra e à imagem”, previstos pelo art. 5º do CPC, enquanto que, no segundo grupo invocou-se a expressão “Direito ao Esquecimento”. A hipótese inicial dos pesquisadores o ex jogador teria mais chance de êxito invocando a expressão “Direito ao Esquecimento”, pelo fato de configurar a “nova dignidade da pessoa humana” como um “*hot straight flash*”, que você joga e ganha. Ocorre que, para sua surpresa, na verdade aconteceu justamente o posto.¹²

O resultado encontrado, aplicado para estudantes de direito e profissionais de direito de diversas áreas, foi o seguinte: 43,75% julgaria procedente o pedido quando invocada a expressão “direito à honra e à imagem”, enquanto que apenas 30,59% julgaria procedente quando utilizada a expressão “direito ao esquecimento”. Foi realizada também a pesquisa com leigos na área de Direito, e constatou-se que 40,47% dos entrevistados julgaria procedente o pedido quando utilizada “honra e imagem”, enquanto 26% julgaria improcedente.

A questão de gênero também influenciou. Quando utilizado honra e imagem, a porcentagem de mulheres que decidiam a favor dele era muito maior. Quando utilizado direito ao esquecimento, a preferência era invertida, as mulheres tendiam a julgar contra Renato Gaúcho, negando seu pedido 22,5% mais vezes que os homens.

¹² LEITE, Fabio. *Privacidade e Internet: Direito ao Esquecimento*. PUC-RJ. Rio de Janeiro-RJ. 18 de setembro de 2017. (Informação verbal).

Outrossim, realizou-se um segundo experimento com uma ex atriz de obras pornográficas chamada Suellen, que abdicou da profissão e retornou ao interior do Estado de Minas Gerais para morar com os pais, desejando que seu nome fosse desvinculado às obras de atuação, visto que havia um forte preconceito na cidade pequena. O interessante que aconteceu exatamente o contrário, quando invocado o direito ao esquecimento, um maior número de pessoas julgou a favor de Suellen, 54,23%, enquanto que, quando utilizado direito à honra e imagem, apenas 49% julgaria a favor.

No caso de Suellen, preparou-se um terceiro grupo, utilizando-se da dissonância cognitiva, ou seja, a apresentação de um *easy case* (caso fácil) em face do Google, a ser decidido a favor da liberdade de expressão, antes do julgamento do caso hipotético da ex atriz. A hipótese inicial era de que, após pensar num caso julgado a favor do Google e da liberdade informacional, pensariam o segundo da mesma forma, utilizando os mesmos argumentos de maneira mecânica. No entanto, não teve significativas mudanças nos resultados, de modo que em ambos os a porcentagem daqueles que julgariam procedente foi 54%.

A partir das pesquisas de campo realizadas, constatou-se que realmente não há um parâmetro a ser seguido. Objetivava-se ver de que forma a religião, a ideologia política, o efeito de ordem (de casos a serem julgados) interferem na decisão e, portanto, concluiu-se que não há regra, não há nada para aplicar, não há uma tomada de decisão previa para dizer: “de acordo com o direito, essa é a resposta”.

Realizou-se uma nova pesquisa a partir de levantamentos judiciais compreendidos entre o ano de 2010 e 2016, totalizando 268 casos, mais especificamente decisões que possuíam a expressão “Direito ao Esquecimento” em sua ementa. Dessa forma, comprovou-se que o número de processos relacionados a esse tema aumentou absurdamente a partir da disseminação do acesso à internet, o que se deve ao direito de remoção, ou seja, pedido de remover ou deletar conteúdo, o qual só faz sentido no ciberespaço.

O direito de remoção, por sua vez, é ineficaz se for pensado a partir do jornal de papel, entretanto, se pensado acerca da versão online desse mesmo jornal, na qual o conteúdo permanece na plataforma mesmo após a data de publicação, faz-se necessária a possibilidade de pedido de remoção de conteúdo.

Numa democracia, em muitos desses casos, as pessoas vão decidir a favor da liberdade de expressão, apesar de ser mais fácil decidir com base nos fundamentos atrelados à dignidade da pessoa humana, defendendo o direito a honra, visto que se limita ao caso concreto, se abstendo de proferir decisão que influencie na liberdade de imprensa e de expressão. Não se pretende realizar uma militância a respeito da liberdade de expressão, mas há uma extrema dificuldade de reconhecimento de matérias que não possuem relevante interesse público, o que é um requisito para que se faça presente o direito ao esquecimento. Ocorre que não há uma tomada de posicionamento acerca do que de fato é considerado de interesse público devendo prevalecer, assim, a liberdade à informação. É muito mais fácil ficar no caso concreto, decidindo a favor da honra. Mas quando se tem que tomar uma decisão que afeta a todos, talvez a tendência seja julgar a favor da liberdade de expressão.

A questão torna-se mais complexa quando se trata de biografias, seja por livros ou filmes, tendo em vista que, diferentemente daquele noticiário ou reportagem, aquela continuará em circulação mesmo após o pagamento de eventual indenização. O que ocorre é que os diretores e produtores dos filmes ou escritores dos livros bibliográficos se antecipam, sabendo que serão litigados posteriormente, separando a quantia para pagamento de indenização. Desse modo, percebe-se uma questão comercial que não resolve de fato o problema, visto que a ofensa continua na tela, nos livros vendidos ou nos *links*.

Se pensarmos, entretanto, em uma pessoa física, levantando um caso hipotético de um professor que publicou um comentário crítico sobre uma rede televisiva, acerca da forma como ela se comportou numa campanha eleitoral, sem saber que não poderia fazer

comentários como este, tendo em vista que não há decisão anterior que o proíba. O professor foi, portanto, processado e condenado a uma indenização altíssima, a qual vai muito além da sua realidade. Cumpre examinar que, para pessoas comuns seria muito mais interessante a remoção daquele conteúdo do que o pagamento de uma indenização valorada em uma quantia muito alta, além de que, a condenação na remoção acarretaria no que chamamos de *chilling effect*, ou efeito resfriamento, inibidor, o que significa que o autor daquele comentário se sentiria amedrontado ao pensar em repetir algo parecido.

Por outro lado, a ordem de remoção não vincula eventuais publicações ou comentários que não sejam exatamente iguais àquele que fora objeto de ação anterior, o que poderia provocar novas demandas judiciais, mas, ainda assim, representa uma solução melhor do que o pagamento de indenização, diferente do que acontece quando se trata de pessoas jurídicas com poder econômico. A ordem de remoção, por sua vez, ainda não foi objeto de decisão do STF, visto que há uma enorme dificuldade, após a internet, de retirar certos conteúdos da história. Basta pensar na versão online de um jornal, como retirar uma edição do ar como se nunca estivesse sido publicada? A questão é que não faz sentido pensar em um conteúdo como ilícito, condenar o autor ao pagamento de indenização e mantê-lo permitindo acesso a todos.

Não se trata de uma defesa do direito à remoção, mas conforme pode-se verificar, no direito brasileiro a tendência é guiar-se pela facilidade da decisão, condenando à indenização e não entrando no mérito da licitude ou ilicitude da matéria, artigo, filme, etc. o que isso significa e o que pode implicar? Se é realmente ilícito, porque não deve ser removido?

Houve um caso em que um sujeito ganhou 100.000 reais de indenização por uma matéria publicada no jornal impresso. Após, a Revista Veja republicou no jornal online, o sujeito ingressou com ação e ganhou mais 20.000 reais, no entanto a matéria continuou na internet eternamente. Será que faz sentido continuar na internet uma matéria que viole a honra e imagem?

Costumamos analisar o Brasil comparativamente com os Estados Unidos ou até mesmo com a Europa, ocorre que, no índice de desigualdade econômica, os nossos “irmãos” são países como a Suazilândia, República do Congo, Guiné Bissau, República Centro Africana. Visto isso, constata-se que a indenização por violação de dados pessoais é muito baixa no Brasil, o que torna seu pagamento acessível para os detentores dos meios de comunicação e determinados órgãos de imprensa, permitindo até que ajam de má-fé em certos casos em que possam prever certa demanda judicial.

2.2. Regulamentação acerca da proteção de dados pessoais

A Regulamentação mais próxima daquilo que se pretende acerca da proteção dos dados pessoais é o Projeto de Lei 5276 de 2016. A discussão sobre proteção ao tratamento de dados é extremamente relevante em momentos em que governos e corporações privadas adquirem enormes quantidades de dados a respeito de pessoas, estando estas na condição de consumidores, pacientes, usuários ou cidadãos. A máxima “dados são o novo petróleo” é repetida em reuniões de negócios, ao ponto de a análise de dados e a identificação de novas oportunidades representar uma fronteira significativa no setor de serviços. Apenas para ilustrar essa afirmação, a Microsoft, ao adquirir a LinkedIn, em 2016, pagou 26 bilhões de dólares por uma empresa que possui um cadastro profissional de 430 milhões de usuários e 100 milhões de visitantes por mês (*The Economist*, 2016), o que representa 60 dólares por usuário ou 260 dólares por visitante mensal. O Facebook, que possui 1 bilhão de usuários ativos diários (e 1,6 bilhão mensais), faturando mais de 5 bilhões por trimestre (Facebook, 2016). Em outras palavras, cada usuário ativo diário que se utiliza do aplicativo, quer seja postando ou curtindo conteúdos, representa 20 dólares de faturamento anual para a empresa. No Brasil a importância dos dados não é diferente, o que ficou tornou-se muito claro em 2013, quando foi divulgada a existência de convênio entre o Serasa e o Tribunal Superior Eleitoral permitindo o acesso ao cadastro eleitoral. Com a polêmica veio a público a informação de que esse tipo de acordo não era novidade em outras instâncias do judiciário. Porém, mais do que apenas acordos comerciais, a exploração de dados pessoais tornou-se programa de Estado, como evidenciado no caso Snowden, em diversos países, com o desenvolvimento de procedimentos de coletas de dados que ultrapassam fronteiras.

Nesse contexto, ocorrem movimentos pelo mundo demandando maior proteção aos dados pessoais que, pode-se dizer, culminaram com a Resolução da ONU, de 25 de novembro de 2013, sobre "Direito à Privacidade na Era Digital". O Projeto de Lei (PL) 5276, ora em análise, surge a partir desta situação.

No caso brasileiro, a proposta de regulamentação também pode ser considerada um complemento aos ditames estabelecidos pelo Marco Civil da Internet (Lei no 12.965/14). Enquanto o Marco transpôs, para o mundo virtual, garantias constitucionais, como de liberdade de expressão e de informação, o PL dá disposições mais específicas quanto à forma como dados pessoais coletados podem ser tratados, armazenados e dispostos, tanto por entidades públicas quanto privadas. Ademais, convém ressaltar que o escopo das disposições do projeto ora em análise ultrapassa o mundo virtual. Caso aprovada, a regulamentação será aplicada no tratamento de dados em qualquer meio, não apenas na internet.

Devido à complexidade do assunto, o PL possui 56 artigos, divididos em nove capítulos. Tratam-se das disposições que dizem respeito à definição de dados sensíveis, à transferência (repasso e venda) de dados pessoais entre empresas, às informações financeiras e de crédito, à crianças e adolescentes e quanto à criação de autoridade específica para a proteção de dados.

O PL em seu artigo 5º, trata dos chamados dados sensíveis, ou seja, dados pessoais sobre a origem racial ou étnica, as convicções religiosas, as opiniões políticas, a filiação a 6 sindicatos ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos; Para o tratamento de dados sensíveis, o projeto determina a necessidade de haver “consentimento livre, inequívoco, informado, expresso e específico pelo titular”, conforme artigo 11 do PL.

Já para os demais dados, o consentimento deverá ser “livre, informado e inequívoco” (Art. 7º). A definição de dados sensíveis no PL guarda forte sintonia com a Convenção do Conselho da Europa no 108, “Convenção para a Proteção de Indivíduos com Respeito ao Processamento Automático de Dados Pessoais”, que determina, no artigo 6º:

Art. 6º - “Dados pessoais que revelem a origem racial, opiniões políticas, religiosas ou de outras crenças, bem como dados relativos à saúde pessoal ou à vida sexual não podem ser processados automaticamente ao menos que leis nacionais estabeleçam garantias adequadas. O mesmo se aplica a dados pessoais relativos a condenações criminais.”

Outrossim, também se assemelha em grade nível com a Diretiva Europeia no 46, de 1995, conhecida como Diretiva de Proteção de Dados, a qual estabelece em seu artigo 8º, o seguinte texto:

art. 8º - 1. Os Estados-membros proibirão o tratamento de dados que revelem a origem racial ou étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, filiação sindical, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual. 2. O parágrafo 1 não se aplica quando: (a) o titular dos dados deu consentimento explícito ao tratamento desses dados, salvo se a legislação do Estado-Membro estabelecer que a proibição referida no parágrafo 1 não pode ser retirada por consentimento da pessoa em causa.

Apesar de o PL a necessidade do consentimento, há outras condições em que dados pessoais poderão sofrer tratamento. O mesmo artigo 11 permite o tratamento de dados sensíveis em vários casos, mesmo sem consentimento, ainda que não seja possível garantir seu anonimato, como em casos de pesquisas comerciais. É importante ressaltar também que, ao contrário da regulamentação europeia, os dados de condenações criminais (ou registros policiais) não são considerados sensíveis.

Em se tratando de transferência nacional e interconexão de dados, o projeto não oferece salvaguardas específicas para a transferência nacional ou interconexão de dados entre entidades privadas (ou para fins comerciais). Ademais, a proposta não requer consentimento para essas transações. Assim, clientes/usuários/consumidores de determinadas empresas podem ter seus dados comercializados/repassados entre empresas privadas sem consentimento expresso para tal.

Cumpramos ressaltar que a Diretiva Europeia, no que diz respeito a informações de perfil, financeiras e de crédito, estabelece que dados referentes a perfis pessoais não podem sujeitar o titular dos dados a decisões oriundas exclusivamente de tratamento automatizado. Entre os aspectos pessoais encontram-se performance no trabalho, perfil de crédito, confiança, conduta, entre outros, conforme artigo 15.1 dessa Diretriz. Partindo desse entendimento, no entanto com um quê de generalidade, dispõe também o Projeto de Lei. Em contrapartida, Código dos Estados Unidos estabelece que informações de entidades financeiras não podem ser repassadas sem consentimento expresso, o chamado

“*opt out*”.

Cristalino dizer que o PL dispõe ainda acerca do tratamento de dados de crianças e adolescentes, de forma bem genérica, determinando, em seu artigo 14: “o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado no seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente”.

Realizando uma análise comparada com os Estados Unidos, a Lei COPPA (*Children's Online Privacy Protection Act*, de 1998, constante no Código Americano Título 15, Capítulo 91, §§6501–6506), que trata da proteção de dados pessoais das crianças na internet, possui uma abordagem muito mais completa. Determina como regra geral ser ilegal a coleta de dados de crianças (abaixo de 13 anos de idade) sem o consentimento dos pais. A Lei daquele país excetua alguns poucos casos, como quando os dados não serão armazenados ou serão utilizados uma única vez.

Cumprasse assinalar que cada país trata os dados pessoais de uma forma, direcionando seus dados para diferentes autoridades específicas. O Reino Unido possui o ICO, *Information Commissioner's Office*, estabelecido na forma de agência reguladora ligada ao Ministério afeito às comunicações, *Department for Media, Culture and Sport*. O ICO possui Presidente, Vice e quatro Diretores. A França possui a Comissão Nacional da Informática e das Liberdades (CNIL - *Commission Nationale de l'Informatique et des Libertés*), com a função de proteção dos dados das pessoas. A Comissão é uma autoridade independente, composta por 17 membros, dos quais 2 são deputados; 2 senadores; 2 do Conselho Francês afeito às áreas econômica, social e do meio ambiente; 2 do Executivo; 2 da Suprema Corte; 2 da Corte de Contas; 5 figuras públicas – das quais uma é indicada pelo Senado, outra pela Câmara e três pelo Executivo.

Nos EUA, porém, a proteção de dados não possui lei específica, sendo compartilhada entre várias autoridades. Como regra, a privacidade é tratada como um aspecto de proteção aos consumidores e, portanto, está sob a égide da FTC, *Federal Trade Commission*, ou Comissão Americana de Comércio. Entretanto, dados sobre saúde, por exemplo, estão a cargo do Departamento da Saúde e Serviços Humanos, *U.S. Department of Health & Human Services*, e sob a tutela da Lei que trata da portabilidade de planos de saúde, *Health Insurance Portability and Accountability Act*.

Para o caso brasileiro, o PL prevê um órgão de fiscalização e um Conselho Nacional com poder consultivo e de avaliação. A proposta estabelece que o Conselho deverá ser formado por 15 membros, indicados pelo Ministério da Justiça, segundo os seguintes critérios: 7 representantes do Poder Executivo, 1 do Congresso Nacional, 1 do CNJ, 1 do Ministério Público, 1 do CGI, 1 da sociedade civil, 1 da academia e 2 do setor privado.

O Projeto de Lei, portanto, inova na proteção aos dados pessoais e estabelece uma série de salvaguardas com o intuito de proteger a intimidade, a privacidade e o desenvolvimento da personalidade das pessoas, de ações de coleta e tratamento de dados por parte de governos e entidades privadas. A proposta pode ser considerada um complemento ao recente Marco Civil da Internet, que transpôs para o mundo virtual as garantias constitucionais e estabeleceu princípios, direitos e deveres para o uso da internet no País.

A proposta guarda sintonia com o estado atual do mundo, em que informação tem ganhado importância estratégica e comercial. O projeto é extremamente detalhado nas atividades que concernem a esfera pública, prevendo que o tratamento de dados por parte da Administração deverá seguir estritos ditames, além de garantir aos cidadãos ampla informação sobre os dados coletados.

Por outro lado, o projeto permite a exploração de dados pessoais, pelo mercado, de maneira bastante flexível, facilitando a geração de negócios a partir desse insumo. Entretanto, as disposições poderão suscitar, na visão de seus críticos, as seguintes considerações: a não inclusão de dados criminais e judiciais no rol de dados sensíveis encontra-se em desacordo com outros padrões internacionais; a ausência de parte específica no texto dedicada à transferência ou à interconexão nacional de dados por entes privados, ao contrário da transferência internacional, o que permite, por exemplo, a comercialização de dados pessoais com terceiros sem o consentimento expresso do titular, a imprecisão e insegurança trazida pelo artigo que trata da transferência de dados de crianças e adolescentes quanto aos objetivos, garantias e possibilidades acerca do tratamento das informações desses vulneráveis. A legislação americana é muito mais rígida no quesito. Além disso, no que concerne aos dados de perfil de crédito e de

consumo não possuem provisões específicas, como ocorre em outros países, por fim, o enorme embate entre criação de órgão específico ou atribuição da atividade a outro já existente, para a tutela das práticas de tratamento de dados, assim como a composição e as atribuições do conselho auxiliar proposto. Traz, o PL, mecanismos ineficientes incapazes de proteger de fato os dados daquele que foi lesado, se referindo a privacidade como padrão, como regra, também conhecida como *Privacy by Default*, o que não ocorre em muitos ou na maioria das relações dentro do ciberespaço.

Isto posto, dados relacionados à saúde, por sua vez, são dados sensíveis. Portanto, os planos de saúde podem presumir que você teve alguma doença pelo simples fato de você pesquisar a respeito de algo nos sites de busca, o que corresponde aos metadados. O que não nos damos conta é o quão valiosos esses dados são.

O que se percebe como recorrente é o oferecimento de dados pessoais por parte de seus detentores para determinadas redes sociais, sem custo algum, a troco de certo benefício, ou apenas da utilização daquela plataforma como se aquelas informações oferecidas não fossem importantes. Muitos ou talvez a grande maioria das pessoas prefere trocar dados por um benefício do que pagar um valor em dinheiro, confiando que as informações serão utilizadas apenas para aquela finalidade prevista inicialmente, o que nem sempre é o que ocorre.

Muito tem se discutido acerca do chamado *General Data Protection Regulation* (GDPR)¹³, o qual representa o desafio regulatório de diferentes jurisdições, em um de seus dispositivos, dispõe que a transferência internacional de dados, a partir da data limite prevista, 25 maio de 2018, ocorra apenas entre países em que a regulamentação a respeito da proteção de dados seja maior ou similar ao GDPR, o que é extremamente difícil de se pensar, tendo em vista que restam apenas poucos meses.

O GDPR, após quatro anos de debate, finalmente foi aprovado pelo Parlamento da União Europeia em abril de 2016, foi criado com o intuito de substituir a Diretiva

¹³ **EUROPEAN UNION GENERAL DATA PROTECTION REGULATION**. Disponível em <<http://www.eugdpr.org/>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

Europeia, de modo a harmonizar leis cujo objeto é a proteção de dado em toda a Europa. O *European Union GPDR* não pretende apenas proteger recursos valiosos para as companhias e para os indivíduos que utilizam a rede, também pretende estimular inovações e cortar custos quando entrar em vigor em 2018. De acordo com estimativas, o valor dos dados pessoais tem o potencial de crescer cerca de 1 trilhão de euros anualmente até 2020 e oportunidades de negócio só crescerão juntamente, pela unificação da regulamentação dos dados pessoais em toda a União Europeia.

Jam Philipp Albracht, quem introduziu a ideia no Parlamento Europeu, disse que a regulação irá também proporcionar transparência nos negócios, pois o fato de promover uma única regulamentação em todo o continente viabilizará confiança e certeza legal, além de uma competição mais justa.

A partir da substituição de leis isoladas, o projeto eliminará a necessidade de consulta de atividades locais, simplificando as negociações e reduzindo gastos, bem como solucionar a insegurança jurídica que permeia o atual ordenamento. As empresas, por sua vez, terão que lidar com uma única regulação, em vez de 28, o que implicará em decisões mais ágeis e consistentes, sob a garantia de que a neutralidade da rede perpetuará após as mudanças.

Outrossim, há ainda novos direitos individuais objetivados pelo GDPR, tais como atribuir aos indivíduos um maior controle sobre seus dados pessoais, o que acarretará diretamente em um enorme benefício nas contratações a partir de uma iminente relação de confiança. Um exemplo disso é o chamado “*new right to data portability*”¹⁴, ou seja, novo direito de portabilidade de dados pessoais, o qual permitirá que indivíduos movam seus dados através de provedores de serviço sem perder contatos e e-mails, por exemplo. Viabilizará uma competição mais justa à medida que fortalecerá as pequenas companhias perante as gigantes que dominam, hoje, grande parte do mercado. Tornará, portanto, a economia europeia mais competitiva em moldes cada vez mais justos.

¹⁴ MULHOLLAND, Caitlin. *Proteção dos dados pessoais*. PUC-RJ. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 2017.

Isto posto, o novo modelo de regulamentação da proteção de dados promoverá a oportunidade de exterminar o vácuo de confiança dominado pela insegurança jurídica, atribuindo aos cidadãos mais transparência e mantendo-os mais informados acerca de suas informações pessoais, o que beneficiará tanto os contratantes quanto os contratados nas relações advindas do ciberespaço.

Há um entendimento que a proteção de dados é uma das formas pela qual você consegue instrumentalizar a privacidade, mas não é a única. Segundo esse entendimento minoritário, não se pode utilizar a quebra de uma tecnologia e de um modelo de negócio para justificar o princípio de segurança pública, devendo a polícia investigar da mesma forma que antes, sem desconstituir determinada tecnologia para argumentar a quebra de direitos fundamentais.

Muito tem se discutido acerca do chamado *General Data Protection Regulation (GDPR)*, o qual representa o desafio regulatório de diferentes jurisdições. Em um de seus dispositivos, dispõe que a transferência internacional de dados, a partir da data limite prevista, 25 maio de 2018, ocorra apenas entre países em que a regulamentação a respeito da proteção de dados seja maior ou similar ao GDPR, o que é extremamente difícil de se pensar, tendo em vista que restam apenas poucos meses.

O GDPR, após quatro anos de preparação e incessantes debates, foi finalmente aprovado pelo Parlamento da União Europeia em 14 de abril de 2016, devendo entrar em vigor apenas 2 anos após sua aprovação. Foi criado com o intuito de substituir a Diretiva Europeia, no sentido de harmonizar leis que tratam de proteção de dados em toda a Europa, de modo a proteger e empoderar todo e qualquer cidadão europeu e seus dados, reformulando a forma que as organizações atuam em cada região, unificando e padronizando-a.

Há um entendimento que a proteção de dados é uma das formas pela qual se consegue instrumentalizar a privacidade, mas não é a única. Não se pode, portanto, utilizar a quebra de uma tecnologia e de um modelo de negócio para justificar o princípio de segurança pública. A polícia deve investigar da mesma forma que antes, sem

desconstituir determinada tecnologia que influencia o cotidiano de cada indivíduo, podendo causar incontáveis danos.

2.3. Análise casuística em âmbito nacional

Conforme pode-se notar, a digitalização faz com que lidemos com liberdades e ansiedades geradas em diversos aspectos de nossa vida e as possibilidades de acesso e uso dessas informações por inúmeros sujeitos, conhecidos ou não. O *leading case* Mario Costeja González Vs *Google*, ocorrido em 2014, introduziu, através da Grande Seção do Tribunal de Justiça da União Europeia, um senso crítico em relação a liberdade de expressão indiscriminada promovida pela internet. O cidadão espanhol pretendia, com essa demanda, excluir seus dados pessoais da ferramenta de busca, mais precisamente a exposição do fato de que seu imóvel haveria sido levado a leilão nos anos 1990, a fim de pagar uma dívida com a previdência social espanhola. No caso concreto em questão, o Tribunal Europeu decidiu pelo direito ao esquecimento, em detrimento do direito público à liberdade informacional, responsabilizando o *Google* pelo processamento de dados pessoais exibidos nos resultados.

No Brasil, o caso mais famoso foi o da apresentadora Xuxa¹⁵ que, em 1992 impediu judicialmente o lançamento em videocassete do filme de conteúdo explícito o qual ela havia sido protagonista. Vinte anos depois, em 2012, Xuxa pleiteou frente ao *Google*, a remoção dos resultados relativos à busca pela expressão “Xuxa pedófila”¹⁶, visto que, no momento atual atuava como apresentadora infantil, logo, esses dados descontextualizados poderiam causar grave ameaça a sua vida profissional naquele momento. A questão culminou no Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹⁷ no Agravo em Recurso Especial 103.125-RJ, em que a Ministra Fátima Nancy Andrighi repeliu o pedido da atriz arguindo a impossibilidade do cumprimento da obrigação devido ao estado de

¹⁵ BRASIL. TJRJ, 2ª Câmara Cível, Ap civ. 1991.0011.03819, Rel. Des. Thiago Ribas Filho, j. 27.02.1992.

¹⁶ BRASIL. STJ, REsp. 1.316.921-RJ, rel. Min Nancy Andrighi, j. 26.06.2012.

¹⁷ BRASIL. STF. Ministro julga inviável reclamação de Xuxa sobre buscas no Google. Disponível em: Acesso em 29 de maio de 2015.

técnica atual, a inconstitucionalidade do pleito em razão da imposição de censura prévia do conteúdo e relevância do serviço prestado pela Google, do qual dependeria o cotidiano de milhares de pessoas, listando-os da seguinte forma:

“O provedor de pesquisa é uma espécie do gênero provedor de conteúdo, pois não inclui, hospeda, organiza ou de qualquer outra forma gerencia as páginas virtuais indicadas nos resultados disponibilizados, se limitando a indicar links onde podem ser encontrados os termos ou expressões de busca fornecidos pelo próprio usuário.”

A filtragem de conteúdo das pesquisas feitas por cada usuário não constitui atividade intrínseca ao serviço prestado pelos provedores de pesquisa, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o *site* que não exerce esse controle sobre os resultados das buscas.

Os provedores de pesquisa realizam suas buscas dentro de um universo virtual cujo acesso é público e irrestrito, ou seja, seu papel se restringe à identificação de páginas na *web* onde determinado dado ou informação, ainda que ilícito, estão sendo livremente veiculados. Dessa forma, ainda que seus mecanismos de busca facilitem o acesso e a consequente divulgação de páginas cujo conteúdo seja potencialmente ilegal, fato é que essas páginas são públicas e compõem a rede mundial de computadores e, por isso, aparecem no resultado dos *sites* de pesquisa.

Os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação URL da página onde este estiver inserido.

Não se pode, sob o pretexto de dificultar a propagação de conteúdo ilícito ou ofensivo na *web*, reprimir o direito da coletividade à informação. Sopesados os direitos envolvidos e o risco potencial de violação de cada um deles, prevaleceu a garantia da liberdade à informação assegurada pelo art. 220, parágrafo primeiro da CRFB/88, sobretudo considerando que a Internet representa, hoje, importante veículo de comunicação social de massa.

Preenchidos os requisitos indispensáveis à exclusão, da *web*, de uma determinada página virtual, sob alegação de veicular conteúdo ilícito ou ofensivo – notadamente a

identificação da URL dessa página – a vítima cerceará de interesse de agir contra o provedor de pesquisa, por absoluta falta de utilidade de jurisdição. Se a vítima identificou, via URL, o autor do ato ilícito, não tem motivo para demandar contra aquele que apenas facilita o acesso a esse ato que, até então, se encontra parcialmente disponível na rede para divulgação”.

Isto posto, a decisão encontrada pela Ministra teve que passar pela ponderação, no caso concreto, dos interesses em conflito, ou seja, do direito da coletividade à informação e dos direitos individuais da apresentadora à intimidade, honra, privacidade, e do potencial verdadeiramente lesivo do que é postado nos sites de busca, à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB) e da solidariedade social (art. 3º, I, CRFB). Observa-se, pois, uma iminente sobreposição do direito à liberdade de expressão e do livre acesso à informação ao direito ao esquecimento pleiteado por Xuxa, em um contexto de insegurança jurídica e alta de previsibilidade.

Logo após, em 2013, o caso que envolveu o programa televisivo Linha Direta-Justiça com o caso “Chacina da Candelária”¹⁸, retratado no Recurso Especial 1.334.097/RJ, que remonta o episódio ocorrido em julho de 1993, no centro do Rio de Janeiro, mais especificamente na escadaria da famosa Igreja da Nossa Senhora da Candelária, onde dormiam vários desabrigados, os quais foram vítimas do ataque em que muitos morreram e outros ficaram gravemente feridos. O caso sofreu grande repercussão no mundo inteiro e, após investigações, foram acusados alguns policiais militares e um serralheiro cujo nome era Jurandir Gomes de França. Este, após 3 anos preso devido à acusação como partícipe do crime, foi absolvido no Tribunal do Júri por negativa de autoria pela unanimidade dos membros do Conselho de Sentença.

Após mais de uma década, em 2006, o programa da Rede Globo, Linha Direta-Justiça, procurou o inocentado para a realização de uma entrevista em rede nacional, a qual ele recusou, visto que não queria reviver aquele fato. O programa acabou por expor

¹⁸ BRASIL. STJ, REsp 1.334.097/RJ, 4ª Turma, Rel. Luis Felipe Salomão, julgado em 28.05.2013, DJe 10.09.2013. Acesso 29 de maio de 2015.

seu nome e sua imagem sem seu consentimento, razão pela qual ele demandou judicialmente, eis que, 13 anos após o episódio e após ter sido absolvido, ele passou a ser visto como criminoso em seu convívio social, abalando-o moral e profissionalmente. Em primeiro grau seu pedido indeferido, entretanto, em apelação a decisão foi reformada, condenando a TV Globo ao pagamento da indenização no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Opostos embargos infringentes e embargos de declaração, ambos foram rejeitados. O STJ, no entanto, entendeu que era perfeitamente possível a exibição do programa de fazer um resgate histórico, sem identificar Jurandir. Dessa forma, em síntese, ficou evidente a aplicação do direito ao esquecimento no caso da Chacina da Candelária. Jurandir que foi absolvido teve claramente prejuízo e não teve seu direito de ser deixado em paz ou ser deixado de lado, tendo sua imagem explorada e sua privacidade violada pelo programa de TV.

Tenha-se presente que, no entender do STJ, ao julgar o REsp 1.334.097/RJ, é pacífica a jurisprudência do Tribunal no sentido de reconhecer o direito ao esquecimento daqueles que foram condenados ou daqueles absolvidos:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FOLHA DE ANTECEDENTES. CANCELAMENTO DE REGISTRO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO. 1.O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, por analogia aos termos do art. 748 do Código de Processo Penal, devem ser excluídos dos terminais dos Institutos de Identificação Criminal os dados relativos a inquéritos arquivados, as ações penais trancadas, a processos em que tenha ocorrido a reabilitação do condenado e a absolvições por sentença penal transitada em julgado ou, ainda, que tenha sido reconhecida a extinção da punibilidade do acusado decorrente da prescrição da pretensão punitiva do Estado. 2. Recurso provido para que sejam canceladas as anotações realizadas pelo Instituto de Identificação Ricardo Glumbenton-IIRGD relativas ao Processo-Crime 240/92, em que ocorreu o trancamento da Ação Penal nº 240/05. (RMS 24099/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2008, DJe 23/06/2008).

Cumpra salientar que o Ministro Gilmar Mendes¹⁹ possui entendimento no mesmo

¹⁹ MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

sentido, conforme retratado a seguir:

“Se a pessoa deixou de atrair notoriedade, desaparecendo o interesse público em torno dela, merece ser deixada de lado, como desejar. Isso é tanto mais verdade com relação, por exemplo, a quem já cumpriu pena criminal e que precisa reajustar-se à sociedade. Ele há de ter o direito a não ver repassados ao público os fatos que o levaram à penitenciária. (MENDES, 2007, p. 374).”

Em igual sentido pondera Greco (2013, p. 761)²⁰:

“Não somente a divulgação de fatos inéditos pode atingir o direito de intimidade das pessoas. Muitas vezes, mesmo os fatos já conhecidos publicamente, se reiteradamente divulgados, ou se voltarem a ser divulgados, relembrando acontecimentos passados, podem ferir o direito à intimidade. Fala-se, nesses casos, no chamado direito ao esquecimento.”

No mesmo contexto, o julgado que envolveu familiares de uma vítima de homicídio e o mesmo programa televisivo, Linha Direta-Justiça, em Recurso Especial 1.335.153/RJ, também atraiu os estudiosos do direito ao esquecimento. Os irmãos de Aida Curi²¹, vítima de um assassinato em 1958, em vista da reprodução do fato pelo programa, demandaram judicialmente pleiteando danos morais e materiais. O fundamento dos danos morais foi o fato de reviver um passado trágico que já havia causado forte dor à família, e dos danos materiais, o fato de a imagem de Aida estar sendo usada com finalidade comercial e econômica.

Julgou-se improcedente a ação em primeira instância e negou-se provimento de

²⁰ GRECO, Rogério. *Principiologia penal e garantia constitucional à intimidade*. In Temas Atuais do Ministério Público. 4ª ed. Salvador: Jus Podvm, 2013.

²¹ BRASIL. STJ. REsp 1.334.097/RJ, 4ª Turma, Rel. Des. Luis Felipe Salomão, julgado em 28.05.2013. Publicado no DJe 10.09.2013. Acesso 29 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115033794/stj-05-05-2016-pg-5524>>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

recurso no STF, em virtude de, segundo o Ministro Luis Felipe Salomão, a liberdade de imprensa, trazida pelo art. 220 da CRFB de 1998, deveria prevalecer sobre a inviolabilidade da intimidade, privacidade, honra e imagem individuais (art. 5º, X, e 220 parágrafo 1º da CRFB), uma vez que os fatos revelam notícia histórica de repercussão nacional, não se tratando de artificiosidade, além de que os parentes não foram efetivamente expostos no programa, mas apenas a *de cujus*.

O que se pode extrair desses julgados é uma mera insegurança jurídica enfrentada pelo judiciário brasileiro, em razão da lacuna legislativa a respeito desse assunto. Há bons argumento seja para os direitos fundamentais individuais ligados a dignidade da pessoa humana, à imagem, honra, imagem, privacidade e intimidade, mas também é facilmente possível de se defender a coletividade a partir de fundamentos ligados à liberdade de imprensa e liberdade de expressão que alimentam a sociedade como um todo.

CAPÍTULO 3

3.1. A internet das coisas e a proteção dos dados pessoais

Internet das coisas é uma expressão usada para fazer referência a uma Revolução Tecnológica que tem como intuito principal conectar objetos usados no cotidiano da maior parte da sociedade à rede mundial de computadores, bem como celulares, eletrodomésticos, tênis, brinquedos. O termo surgiu em 1999, proposto por Kevin Ashton, do MIT²², segundo o qual a conexão de objetos acarretará na otimização, redução e economia de recursos naturais e energéticos.

O governo brasileiro já está desenhando um plano nacional de internet das coisas, um cenário onde se tem cada vez mais objetos conectados ao nosso redor. O governo, por sua vez, busca ter essa iniciativa antes das instituições privadas, tendo em vista que já enxerga um enorme potencial na regulação dos dados obtidos nas relações que ocorrem nesse ciberespaço. São várias áreas que tocam o tema de internet das coisas, permeando tanto a área doméstica até a industrial, por exemplo. Segundo o pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, Eduardo Magrani²³, o cenário de internet das coisas, inicialmente, pode gerar lucros tentares, fazendo uma analogia com o filme infantil “Alice no país das maravilhas”, tendo em vista que estimativas dizem que pode gerar mais de 11 trilhões de dólares até 2025.

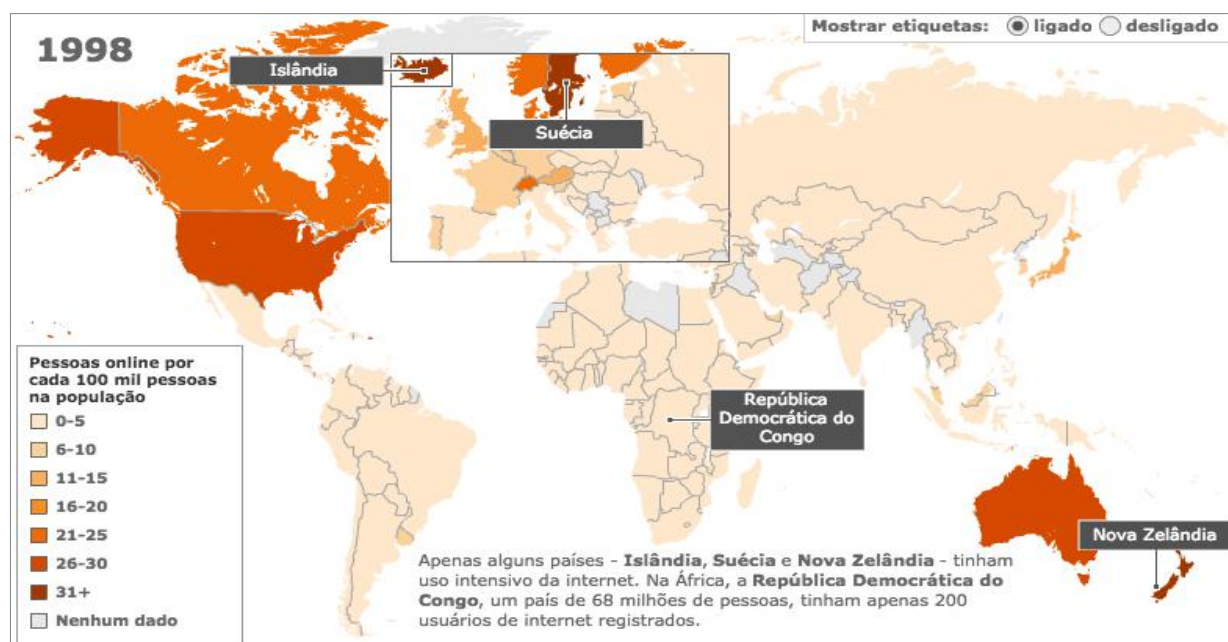
Nesse cenário, quanto mais coisas conectadas, melhor, mais conseguimos cumprir todo esse potencial. Hoje, pode-se dizer que há 12 bilhões de dispositivos conectados à internet e a tendência é que esse número triplique até 2020 e, os “otimistas” se atrevem a dizer que podemos chegar até 50 bilhões de dispositivos até esse mesmo ano o que incrementa todo o potencial de internet das coisas. O governo brasileiro, atentando-se a

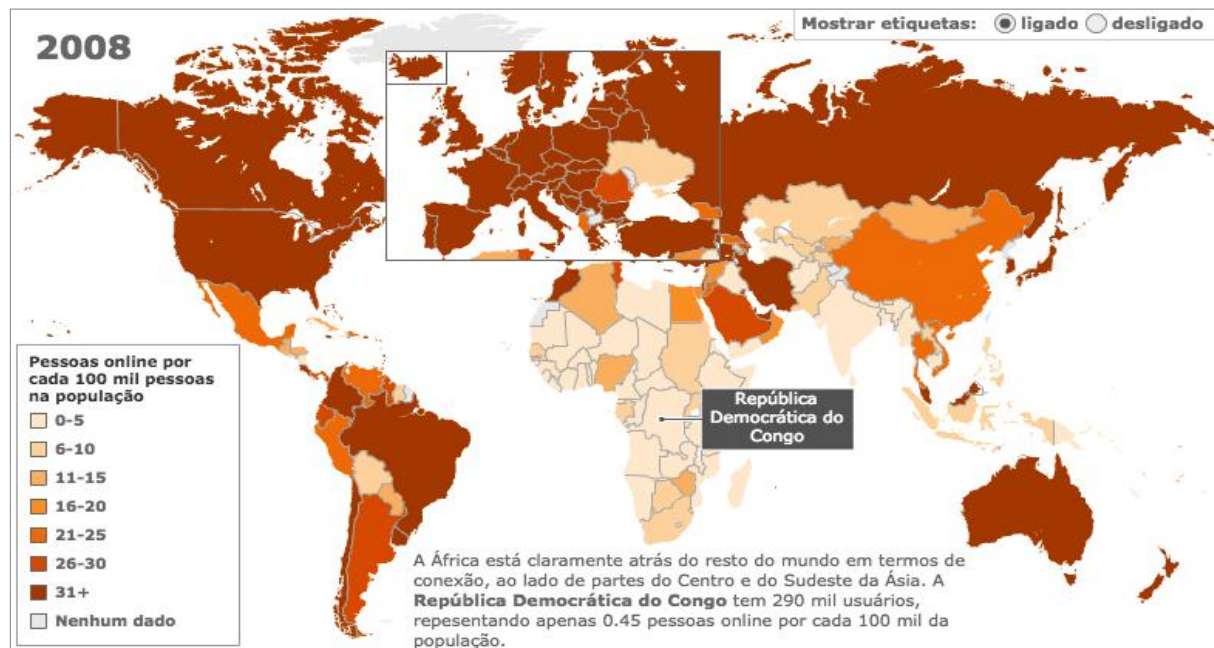
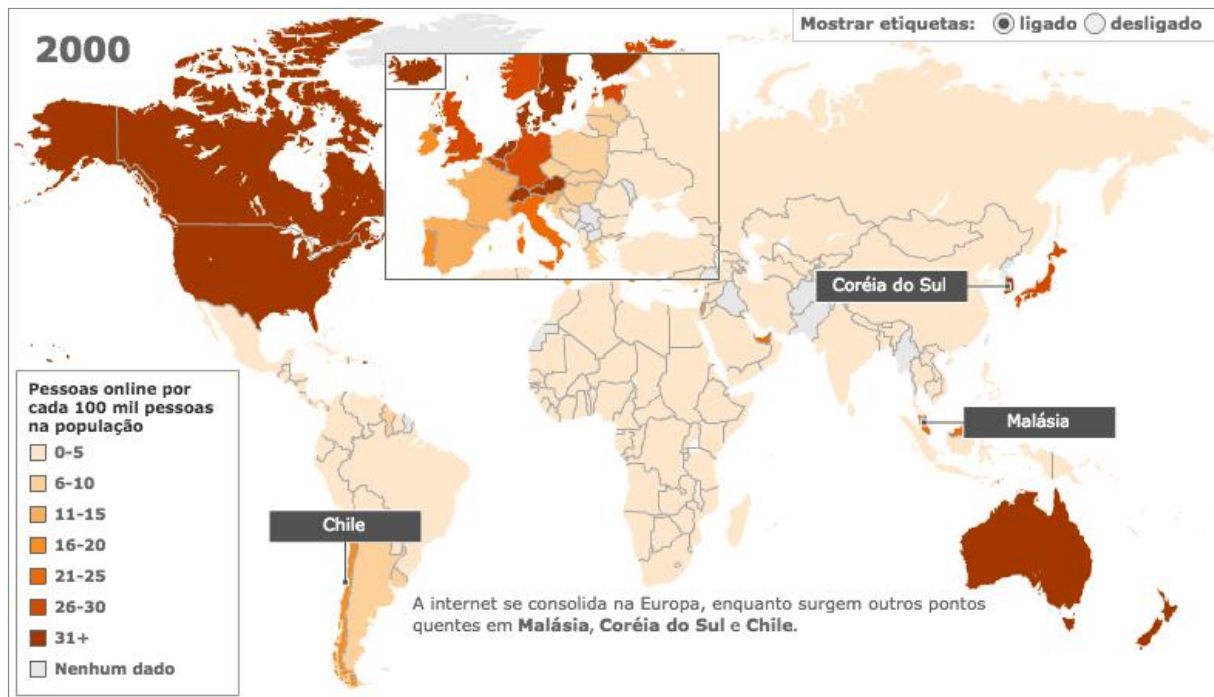
²² ASHTON, Kevin. *A Coisa da Internet das Coisas*. RFID Journal, 2009.

²³ MAGRANI, Eduardo. *Direito e internet das coisas*. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

isso, já criou, inclusive, um robusto consórcio de instinto e pretende lançar o resultado em novembro de 2017.

Embora os resultados representem um incrível ganho no âmbito da informatização da sociedade como um todo, há empecilhos trazidos juntamente com esses ganhos. Hoje, há 4 bilhões de pessoas que não têm acesso à internet, apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU), já haver decretado e estigmatizado a internet como um direito humano. Há diversos direitos cívicos que passam pelas esferas digitais, o que comprova que o direito de acesso à internet pode e deve sim ser considerado internacionalmente um direito fundamental dos seres humanos. Outrossim, o Marco Civil também trata o acesso à internet como fundamental para o exercício da cidadania e, no entanto, temos a metade da população mundial desconectada à mesma.





Em uma breve análise dos mapas acima, que mostram de forma bem clara o aumento exponencial, no espaço de dez anos (1998 a 2008), do acesso à internet no mundo. Em 1998, basicamente a América do Norte e países como Islândia, Suécia, Nova Zelândia e Austrália possuíam acesso à rede. Em 2008, entretanto, enquanto o mundo encontrava-se globalizado e informatizado, ainda existem países com números ínfimos de conexão à internet, principalmente países da África, como mostra o último mapa. Isso é extremamente preocupante, tendo em vista que a internet, hoje, é considerada um direito humano e, no entanto, boa parte da população mundial não pode, por algum motivo, acessar a rede, seja por motivos sociais, éticos, culturais, geográficos ou religiosos.

A partir de uma análise da equipe de pesquisadores do Instituto de Internet de Oxford (OII), realizada em 2013 A Angola, por sua vez, tem pelo menos 470 mil utilizadores ativos de internet e segundo informações oficiais do INACOM, somente 13,94% da população angolana tem acesso à rede. A proporção de usuários de internet aumentou 14,9% na África do Sul, 11% no Quênia e 10 em Marrocos, Egito e Nigéria, os países que mais têm desenvolvido nesse quesito. No entanto, 29 dos 47 países da África Subsariana ainda têm penetração da internet de menos de 10%.²⁴

O que se busca é minimizar esse número em médio ou curto prazo de modo a possibilitar que todos ou grande parte dos cidadãos possam concretizar vários direitos humanos. A Google, por exemplo, vem concretizando um projeto de lançar balões de 3G na estratosfera de modo a levar internet 3G para as áreas mais remotas do planeta.

O Facebook tem um projeto chamado “internet.org” que mudou de nome recentemente, cujo objetivo é fazer com que um usuário consiga acessar determinados sites e plataformas, gratuitamente. Esse projeto, a princípio, é incrível para o consumidor,

²⁴ MAGRANI, Eduardo. *Internet das coisas e algoritmos*. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

no entanto acaba gerando um efeito de *lock in* para o usuário, eis que não traz os incentivos corretos para que o consumidor acesse sites que se encontram fora dessa redoma de parceria, os quais não podem ser acessados gratuitamente.

Esse desafio tende a ser resolvido em curto a médio prazo, segundo iniciativas tanto das empresas quanto públicas. O governo tinha um plano nacional de banda larga que foi um fracasso porque foi regulado muito depois quando a internet já estava em outro patamar de conexão. Mas a partir do momento em que se têm interesse das empresas privadas, a agilidade deve ser maior no sentido de disseminar o acesso à rede. O único ponto preocupante acerca da iniciativa privada é o efeito de *lock in* no usuário, tendo em vista que pode gerar um efeito concorrencial nocivo, minando a competição a longo prazo.

Sob uma nova perspectiva no cenário de internet das coisas, deve-se atentar também para a possibilidade de conexão das coisas. Como conectar cada vez mais coisas inteligentes? Isso se dá com o aumento do número IP, que é a assinatura digital de cada um dos computadores conectados. O Brasil caminha afrente de todo esse processo, em alguns rankings o Brasil é o país que mais cresce na adoção do IPv6, que alarga bastante o número de protocolos de internet disponíveis, de modo a conectar cada vez mais coisas, chegando, hoje, ao nono lugar no mundo em adoção de IPv6. Portanto, o Brasil já tem hoje a capacidade de conectar cada vez mais coisas, além de cada vez mais pessoas.

Ocorre que muitas dessas coisas inteligentes funcionam com diferentes protocolos, e temos vários protocolos hoje. O plano nacional de internet das coisas possui algumas regulações nessa área e tende a resolver o problema da uniformização de protocolos, portanto já existem algumas soluções para essa questão. Essa é uma iniciativa, por exemplo, do instituto CESAR, em Recife, que criou a plataforma chamada KNOT, que na verdade é uma meta plataforma que consegue conectar todas essas coisas inteligentes de uma só vez. Visto isso, os diferentes protocolos conseguirão se comunicar de uma maneira bem simples, a partir de muitas outras iniciativas que vem sendo pensadas.

Superados os desafios do acesso à internet tanto por parte das pessoas quanto por parte das coisas, partiremos então para desafios mais complexos. Os desafios mais complexos se referem as áreas de CIBERSEGURANÇA, PRIVACIDADE E ÉTICA.

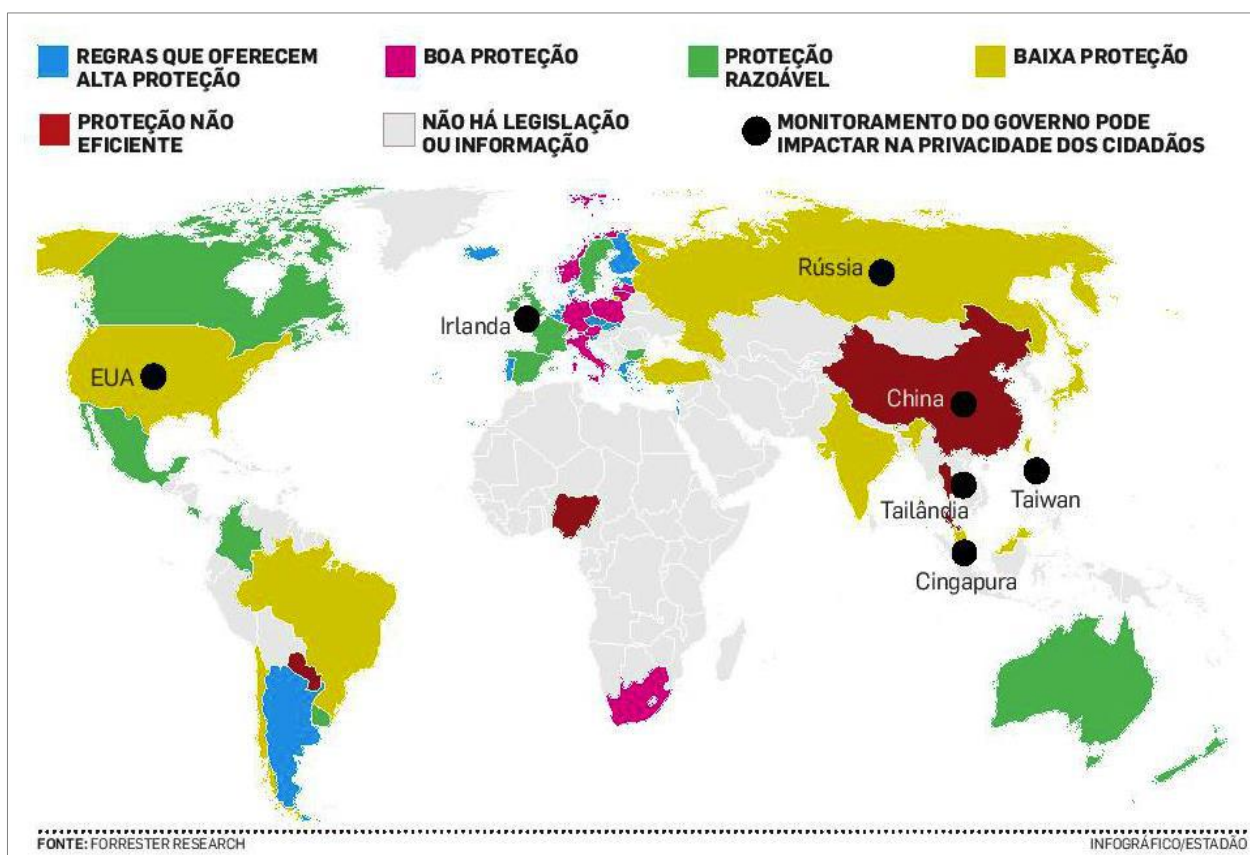
Os dados são o novo petróleo, isso já é um *Statement do World Economics Forum*²⁵ de 2011 e não deixa de ser verdade em 2017. É uma verdade remanescente que os dados pessoais possuem valor imensurável e são alvo de vários modelos de negócio. Esses modelos de negócio funcionam em conjunto com armazenamento, tratamento e venda de dados que trafegam online.

“Vocês tem ideia de quanto custam os dados pessoais que trafegam online? Vocês tem dimensão do valor desses dados? Nos não temos, e contratamos economicamente uma comodidade muito grande, esses serviços, sem saber os efeitos dos nossos dados nem mesmo o quanto nossos dados valem no mercado. Tendo em vista esses novos modelos de negócio a partir da tecnologia que funcionam com venda e tratamento de dados, será que há limites para as principais práticas desse mercados, que são práticas de *tracking, targeting e profiling*? ”²⁶

Bom, não existindo um limite muito claro, há uma tentativa de se recorrer ao Direito. Se um indivíduo não sabe de fato o que é feito a partir dos seus dados pessoais, ele recorre ao direito para o tutelar. Esse é o panorama que temos de leis de proteção da privacidade no mundo:

²⁵ **WORLD ECONOMIC FORUM**. Disponível em < <https://www.weforum.org/> >. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

²⁶ MAGRANI, Eduardo. *Internet das coisas e algoritmos*. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).



A partir do mapa acima, percebe-se que há uma imensa falta de proteção acerca dos dados, o que precisa ser mudado visto que a acessibilidade só cresce a cada dia e, cada vez mais, enfrentam-se problemas devido às relações por esse meio de comunicação. Isso se dá em virtude da ausência de tutela eficaz para aquele que teve seus dados explorados de modo abusivo, o que provoca uma mera insegurança jurídica.

O Marco Civil representa uma tentativa para solucionar o problema, a partir de uma determinação de consentimento expresso. No entanto, o consentimento expresso tratado pelo Marco Civil se mostra uma tentativa amplamente falha, visto que se sabe que a maior parte dos usuários não leem de fato os termos de uso antes de aceitarem a contratação eletrônica de determinado serviço ou produto. O jogo virtual muito famoso, criado em 2016, *POKEMON GO*, um programa de realidade aumentada feito para crianças e adultos de gosto duvidoso, tem, em seus termos de uso, uma cláusula que dizia que a plataforma poderia ter acesso ao seu e-mail pessoal e até mesmo enviar e-mails em seu nome. Essa cláusula é algo aterrorizante sob a visão da privacidade daquele que

contrata a plataforma com o simples objetivo de se entreter e, sem notar, tem sua caixa de entrada invadida.

Insta salientar que inclusive alguns aplicativos de lanterna no celular possuem cláusulas similares com a relatada anteriormente em seus termos de serviço, sendo permitido o acesso ao seu e-mail e envio de mensagens em seu lugar, embora não haja conexão alguma com o produto que se compra.

A partir uma pesquisa recente realizada no Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV, a qual analisando 50 das principais plataformas, tais como Facebook, YouTube, Spotify, analisando os termos de uso das mesmas, que inclusive deu ensejo à criação do livro: “*TERMS OS SERVICE AND HUMAN RIGHT*”²⁷, foram obtidos os seguintes resultados:

- 66% das plataformas analisadas coleta mais dado do que necessário é proporcional ao serviço que está prestando;

- 56% retém dados por mais tempo do que o uso daquele serviço pede. Porque retém dado por mais tempo? Basta notar que quando optamos por sair do Facebook, anos depois, quando retornamos por algum motivo, o perfil daquele usuário ainda consta na plataforma, contendo as fotos antigas e dados anteriormente postados. Será que os usuários não têm o direito de deletar definitivamente aquelas informações?

- 48% das plataformas analisadas garante que possa rastrear usuários em outros sites, plataformas parceiras;

²⁷ VENTURINI, Jamila. LOUZADA, Luiza. MACIEL, Marília. ZINGALES, Nicolo. STYLIANDU, Konstantinos. BELLI, Luca. MAGRANI, Eduardo. *Terms of Service and Human Rights: na analysis of online platform contracts*. FGV Direito Rio. Rio de Janeiro: REVAN, 2017.

- 72% permite que outro site, outras plataformas monitorem o usuário dentro da própria plataforma;

Nota-se que o modelo de consentimento simplesmente falhou, apesar do suporte do Marco Civil da Internet, que pede o consentimento expresso, o mesmo pode ser considerado uma ficção jurídica, visto que a grande maioria das pessoas clica em “aceitar” apesar de jamais haver lido quaisquer termos de uso do serviço.

O Facebook, possui uma ferramenta capaz de controlar a emoção dos usuários de acordo com suas postagens, mais tristes, mais felizes, conseguindo mudar o “*mood*”, o humor, de cada perfil. Cabe a nós analisar os efeitos democráticos dessa iminente manipulação das emoções. Há, ainda, um projeto de leitura de mente, o que parece preocupante quando nos deparamos com um cenário em que os dados valem mais do que o petróleo e onde há modelos de negócio baseados na internet das coisas e que podem ter acesso àquilo que cada um pensa isoladamente. A tentativa mais futurista é a do Elon Musk, que busca conectar um computador ao nosso cérebro para ter acesso a essas informações valiosíssimas.

Em virtude dessas iniciativas aterrorizantes, nota-se um significativo atraso entre o Direito e o avanço da informatização. E em um cenário de internet das coisas onde temos inúmeros objetos conectadas ao nosso redor, os riscos são colocados num patamar que a humanidade nunca viu, são os dados pessoais que sofrem tratamento, armazenamento, então a gente escalone todo esse problema. A maior questão que preocupa os estudiosos é tentar equilibrar esse contexto de hiperconectividade sem expor a privacidade de cada indivíduo.

Cumpra, inicialmente, pensar em uma reconfiguração da própria noção de privacidade, que deve ultrapassar o simples direito de “*right to be left alone*”, ou direito de ser deixado só, para um direito de não ser *trackeado*, tendo em vista que muitos algoritmos funcionam como caixas pretas. Se somos alvos de vários avisos com relação à privacidade ou se não sabemos o que é feito com nossos dados, temos, pelo menos o

direito de não ser *trackeado*. Uma forma de evitar esse mau uso das informações pessoais é implementando a prática de “*PRIVACY BY DESIGN*” E “*BY DEFAULT*”, enxergando a privacidade como padrão no desenvolvimento daquele objeto inteligente, impedindo que os dados sejam capturados.

Outro mecanismo é a possibilidade de autogerenciamento dos dados pessoais que estão disponíveis nas mãos das empresas. Há iniciativas como o “PERSONAL DATA ECONOMY” e o “MY DATA”, que tem como objetivo retornar o controle dos dados ao próprio usuário dentro de uma plataforma, um *market place*, possibilitando uma visão muito mais transparente de todos os seus dados e negociar em troca de alguns favores com a empresa ou mesmo em troca de dinheiro. Nesse momento o usuário pode, enfim, ter uma noção mais clara do real valor dos seus dados.

Hoje, há uma discussão muito interessante acerca dos novos direitos humanos, além do acesso à internet já tratado como tal até mesmo pelo Marco Civil da Internet no Brasil, fala-se em “*RIGHT TO COGNITIVE LIBERTY*”, “*RIGHT TO MENTAL PRIVACY*”, “*RIGHT TO MENTAL INTEGRITY*” OU “*RIGHT TO PSICOLOGICAL CONTINUITY*”, os quais representam o “direito à liberdade cognitiva”, “direito à privacidade mental”, “direito à integridade mental” e “direito à continuidade psicológica”.

Encara-se, na atualidade o surgimento de uma nova “religião”, chamada de “*DATAÍSMO*”, onde as pessoas têm acreditado muito mais nos dados e no que os algoritmos produzem do que em si mesmas. Com todo o cruzamento de *big data*, muitos acreditam que o algoritmo sabe muito melhor acerca dos seus desejos, dos seus anseios e da sua personalidade, em virtude de sua capacidade de armazenamento que suporta um volume de informações muito maior do que a própria memória humana. Muitos acreditam que o ser humano representa um processador falho quando comparado com o que os algoritmos estão conseguindo mostrar, o que têm possibilitado que tomem decisões importantes em nosso lugar.

Enfrentamos, hoje, decisões algorítmicas na esfera profissional: plataformas como Linked in; na esfera social, o Netflix está produzindo séries baseada em cruzamento de *big data*, porque ele sabe exatamente o momento em que você pausou aquela série, sabe o diretor que você gosta, o ator que você gosta, e está produzindo com base nesse conhecimento algorítmico; e até nas esferas amorosas, onde plataformas como o Tinder, sugerem pares amorosos e futuros maridos, determinando, inclusive os casamentos do futuro.

Isso fica ainda mais preocupante quando adentramos à esfera penal, onde já há decisões judiciais norteadas por decisões algorítmicas, e privando a liberdade indivíduos. Hoje, é recorrente o envio de viaturas pelos Departamentos de Polícia para determinada localidade a partir de do cruzamento de dados. Isso sugere, portanto, um reforço ao preconceito, ao racismo, visto que muitos desses funcionamentos algorítmicos funcionam como “caixas pretas”.

Ante exposto, luta-se para regular esses grandes monopólios, entender melhor essas caixas pretas algorítmicas e até mesmo quebrar de certa forma todo esse monopólio. Quando chegamos à discussão sobre inteligência artificial ética e algoritmos, a situação chega ainda mais perto da ficção, demonstrando-se muito mais imprevisível. Hoje produzimos tecnologias com capacidade de *machine learning*, *deep learning* e não sabemos exatamente os resultados, os *out puts* das ações dessas novas tecnologias. A *Microsoft*, por exemplo, lançou um perfil de *GOT* no *Twitter* chamado *TIE*, que virou nazista em questão de horas, interagindo com usuários, e nem a *Microsoft* conseguiu prever isso. Esse comportamento foi entendido como uma negligência total da *Microsoft*, já que são tecnologias que estão com muito mais autonomia do que qualquer outra que a humanidade já inventou.

Portanto, a sociedade encontra-se em um patamar de desafios, inclusive jurídicos, e o Direito precisa avançar não só com relação a privacidade, em todo esse cenário de internet das coisas, novos modelos de negócio baseados em dados, mas também para regular a inteligência artificial. Cumpre assinalar que, em 2017, pela primeira vez no Vale do Silício, foi evidenciada a existência de um robô suicida, o qual havia sido programado

para questões de segurança e simplesmente se tacou numa poça de água. Não se sabe o que esse robô viu, mas essa ocorrência diz muito sobre o que pode ou vai acontecer daqui para a frente. O nosso desafio é, portanto, tentar pensar como gerenciar toda essa hiperconectividade para diminuir os riscos e conseguir concretizar todo esse potencial social e econômico.

3.2. A tomada de decisão algorítmica e a privacidade

Uma pessoa que tem por hábito acordar muito cedo e olhar as redes sociais e começou a receber anúncios de pílulas para resolver problemas de sono. Customização. Aquela aplicação, aquela plataforma entendeu um padrão, um hábito de comportamento que é, para a rede social, conecta com remédios para dormir. Mas na verdade pode ser uma dinâmica de trabalho, não necessariamente é um problema de sono.

Brinquedos cada vez mais estão conectados à rede, consequentemente quando escutamos esses temas, interessa especialmente a crianças, não só adultos. Foi criada uma boneca *Barbie* conectada à internet, uma boneca que conversa com a criança e, para que isso seja possível, ela precisa entender o que se passa na cabeça daquele indivíduo que mal pode falar. Pergunta-se, pois, para onde vão os dados da conversa da criança com a *Barbie*? Para os servidores da *Matell*, talvez. Mas o que importa é que não se sabe o que a *Matell* faz ou como ela usa esses dados, oportuno torna-se dizer que em certos casos aquela criança revele coisas quando encontra-se só, brincando, as quais nãoalaria para seus pais, o que representa uma enorme invasão à intimidade daquele pequeno indivíduo. Imagine numa situação de direito de família, como proceder? Chamar a *Barbie* para dar um testemunho sobre o ambiente doméstico?

Uma outra questão são as bonecas sexuais. Cada vez mais se tem projetos que procuram fazer com que bonecas sexuais sejam robôs inteligentes, o que é um tanto quanto perturbador. Tem uma resolução do parlamento europeu, de fevereiro de 2017, que propõe a criação de uma *E- PERSONALITY* para robôs, uma personalidade eletrônica

para robôs. Estudamos no Direito Civil, pessoas físicas, pessoas jurídicas, a importância de se dedicar personalidade jurídica a algo. Será que estamos prontos para dedicar personalidade jurídica para robôs? O que significa isso? Na Argentina e em Portugal, animais são tratados como seres sensíveis retirados, portanto da categoria de bens. Mas na escala que separa a cafeteira, um cachorro e uma pessoa humana, onde entra o robô? O robô é mais parecido com um cachorro, mais similar a uma cafeteira ou a uma pessoa humana? Parece muito simples, mas é através de perguntas muito simples que esconde-se uma complexidade bastante significativa: quanto mais inteligentes se tornam os robôs, qual é o regime jurídico aplicável a eles? Se existe tecnologia para desenvolver uma boneca sexual inteligente, a questão é: qual o impacto disso na sociedade?

Insta salientar que quando se trata de “boneca sexual” já há, pois, um corte de gênero, sobre quem vai utilizar esse “brinquedo”, o que, por sua vez, diz muito sobre o papel da mulher na sociedade, reforçando determinadas acepções de que uma pessoa pode deter a outra, ter propriedade sobre a outra. Essa criação, de uma boneca com *E-personality* transpõe um retrocesso no que tange à Revolução Feminista, que conquista a cada dia um papel mais igualitário na sociedade, mas, a partir de tratamentos como esse, volta a ser vista como objeto de prazer, sendo totalmente dispensável como ser humano dotado inteligência, sensibilidade e demais peculiaridades femininas.

Em estudo acerca das leis cívicas e robôs, realizado por dois componentes do Parlamento Europeu, analisou-se propostas a respeito da atribuição ou não da personalidade jurídica aos robôs, criticando tal possibilidade. No entanto, a resolução do Parlamento saiu justamente em sentido contrário, sendo ainda encaminhada para a Comissão Europeia, a qual deverá decidir por regular ou não, motivando tal decisão, o que representa uma ameaça muito próxima.

Discutir o “impacto” dos algoritmos na sociedade é analisar a governança dos mesmos a fim de evitar um futuro cada vez mais controlado por eles, sem estigmatizá-los como elementos ruins, apenas ponderando a partir da proteção de determinados direitos fundamentais. A nossa vida é uma usina produtora de dados que, há duas décadas não podiam ser coletados, armazenados, tratados e gerar uma inteligência. No entanto, hoje,

consegue-se efetivamente coletar, armazenar, tratar e tirar uma inteligência desses dados, e que será cada vez mais aperfeiçoada quanto mais deixarmos o tempo passar.²⁸

Segundo Pierre Levy, em seu livro chamado Cibercultura, publicado no final dos anos 90, levantou a seguinte metáfora: “impacto tem algo errado no que se refere à tecnologia. quando se diz “impacto”, parece que se tem um elemento externo impactante um elemento interno, algo como se fosse um asteroide que colide com a terra e causa efeitos fastos. A ideia é que eu tenho um corpo externo que causa um efeito em algo que é além, externo que é uma outra coisa”. Na visão de Pierre, a tecnologia não é um asteroide que colide com a sociedade, que é a terra. Para ele, a tecnologia é criada na sociedade, é criada por pessoas, está repleta e encharcada de valores, de visões de mundo, de formas de perceber a realidade. Portanto, é preciso parar de se referir dessa forma, porque parece que a tecnologia não pertence a sociedade, que foi feita por terceiros e que a sociedade é vítima, refém de algo que a tecnologia vem causar no que a gente faz. Se nossos comportamentos estão mudando porque somos trackeados por um número de empresas que nem sabemos, para finalidades que as vezes nem sabemos, a culpa não é das estrelas, das empresas, não é do algoritmo, não é da matemática. A culpa é de todos nós que talvez estejamos aceitando uma sociedade na qual, para termos alguma facilidade, alguma comodidade, entendemos que nossa privacidade, nossos dados pessoais são uma moeda de troca.

Cathy O’Neil²⁹ utiliza a seguinte expressão para se referir aos algoritmos: “*weapons of math destruction*”, realizando um trocadilho com a expressão “*weapons of mass distruction*”³⁰, ou seja, em vez de utilizar a expressão “armas de destruição em massa” se refere aos algoritmos como “armas de destruição matemática”. Essas armas

²⁸ SOUZA, Carlos Affonso. *Algoritmos*. PUC- RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

²⁹ O’NEIL, Kathy. *Doing Data Science*. 2013

³⁰ O’NEIL, Kathy. *Weapons of Math Destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. 2016. Disponível em <<https://weaponsofmathdestructionbook.com/2016/06/21/blog-post-title-3/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

são os algoritmos que podem causar um impacto gigantesco na sociedade apoiado em cálculos pretensamente, simplesmente e apenas matemáticos. A tese é provocativa em que ela vai dizer

“quando você diz que algoritmos são simplesmente operações matemáticas, isso é um truque de marketing, isso é um truque para deixar que o indivíduo não tenha qualquer gerência, acesso sobre o algoritmo que controla sua vida, tendo em vista que matemática é algo complexo e talvez o indivíduo seja de humanas...”

O que se pretende é realizar questionamentos capazes de induzir cada um a um desconforto com relação ao papel dessa ferramenta. Quem é você, o que te identifica, o que te resume de forma muito clara? O nome te identifica, diz quem você é. Você mora em alguém lugar, endereço, você tem suas economias numa conta bancária, tem uma identidade, tem uma família torce para um time de futebol, talvez trabalhe em algum lugar, onde acumula muita coisa, se desloca para o seu local de trabalho, de estudo, lê um jornal, assiste séries num através de algum aplicativo, talvez esteja em várias redes sociais, e tudo isso está registrado na internet. Então é importante entender que esse pacote de geração de dados, que caracteriza cada indivíduo, está cada vez mais presente na rede de dispositivos conectados e, uma vez estando na internet eu permito que sejam criadas bases de dados que vão explorar essa montanha gigantesca de dados que são criados. É exatamente sobre essa montanha gigantesca de dados, chamada de *BIG DATA*³¹, grande volume de dados criados, processados, trabalhados, que tem gerado inclusive boas publicações inclusive na área jurídica. É bom lembrar que *big data* é um tema que pode parecer exclusivamente de engenheiros, mas não é. É um tema que impacta severamente a forma pela qual a gente compreende a aplicação do direito na sociedade. Portanto, é importante que percebamos como Direito precisa ter uma voz ativa na construção dessa plataforma, desses algoritmos.

³¹ SOUZA, Carlos Affonso. *Cidades Inteligentes e Big Data*. Instituto de Tecnologia e Sociedade – ITS. Outubro de 2017. (Informação verbal).

Retornando ao tema de internet das coisas, saiu uma pesquisa recente que mostra que o Brasil lidera o ranking de disposição para disponibilização de dados pessoais, ou seja, mostra quantas pessoas estão dispostas a disponibilizarem seus dados pessoais se, do outro lado, lhe for oferecida uma vantagem. Acerca dessa pesquisa, segue o resultado abaixo discriminado:

- 88% dos brasileiros apoiam a adoção de sensores na bagagem para comunicar a um sistema de gestão do aeroporto para saber aonde se encontra sua bagagem, o que permite que empresas trackeiem tanto o passageiro como também seus pertences.

- 83% dos Brasileiros aceitam que os dados do seu marca-passo ou seu sensor de glicemia seja compartilhado com seu médico, para que ele possa acompanhar seu estado de saúde independente da marcação de consulta. Inclusive, há 15 dias houve um *recall* de determinado marca-passo quando se comprovou a necessidade de se fazer um *up grade*, o que só é possível a partir desse monitoramento. Talvez seja interessante para o paciente estar mais seguro, mas o que não se analisa é a possibilidade desses dados estarem sendo compartilhados com mais alguém.

Convém entender qual o limite desse modelo de internet das coisas, especialmente porque o relatório do Banco Mundial coloca, privacidade e segurança cibernética como pilares dessa discussão. A cada dia um número maior de decisões subjetivas são tomadas pelos algoritmos, bem como: quem uma empresa deve contratar? Qual a duração da pena de uma decisão judicial? Qual a probabilidade de o sujeito voltar a delinquir? Qual a probabilidade de um crédito ser pago? Evidencia-se uma onda de decisões importantes sendo tomadas por máquinas, num cenário em que o homem se abstém de se colocar à frente desses empecilhos diários. Portanto, se nós vivemos em uma sociedade cada vez mais controladas por algoritmos será que não estamos esperando que eles resolvam todos nossos problemas e não precisaremos mais nos importar com questões realmente importantes? Será que não estamos terceirizando para os algoritmos as nossas responsabilidades éticas, morais e, em última instância, decisões de controle das nossas vidas?

Se o *Netflix* me mostra as séries que eu gosto, o que ele decidir que eu gosto, eu gosto. Se a rede social mostra os amigos e as postagens que ela acha que eu me interessou, é isso que eu assisto. Visto isso, nós ficamos confortáveis dentro de uma bolha, um filtro em que entendemos que esse ser nosso reflexo, isso é o que somos e ficamos confortáveis com essa situação.

Não podemos terceirizar nossas responsabilidades para as máquinas, especialmente porque as máquinas, softwares, os algoritmos vão acabar reproduzindo exatamente as bases de dados com as quais eles são alimentados. As visões de mundo e os valores de quem o programa. É a partir de então que se passa a ter a visão de mundo de uma pessoa ou de um pequeno grupo de pessoas sendo espalhado pelo mundo inteiro.

Insta salientar que vivenciamos uma evolução gradual na identificação dos cidadãos. Antes, as pessoas eram identificadas a partir do nome ou sobrenome, Cadastro de Pessoa Física (CPF), número de RG, mas esses dados podem ser encontrados facilmente, não havendo a segurança suficiente. Passou-se, então, a utilizar a biometria como modo de identificação, ocorre que esse modelo possibilitou condutas fraudulentas principalmente nos ambientes de trabalho, onde funcionários providenciavam próteses de silicone com as impressões digitais para burlar o sistema de controle de ponto/presença. Visto isso, inovou-se o sistema de identificação, onde hoje, já é utilizado o reconhecimento facial em muitas plataformas, como por exemplo o aplicativo da companhia aérea Gol, permite que o passageiro realize seu *check-in* a partir do reconhecimento facial, bem como alguns celulares já desbloqueiam a tela da mesma forma.

Cabe destacar que já existe um software que adivinha a orientação de uma pessoa a partir da análise de 5 fotos, utilizando o reconhecimento facial. O software é alimentado com 5 fotos e, olhando os traços, a postura nas fotos, a expressão, com um grau bastante razoável de acerto, o software diz qual a orientação sexual daquele indivíduo. Isso remete ao Lombroso, “O LOMBROSO DIGITAL”, que olha os aspectos fisionômicos da pessoa

e diz: é um delinquente, é um criminoso é uma pessoa de bem, é um homossexual ou heterossexual.

A ideia é que percebamos que algoritmos não estão apenas na sua *playlist* das melhores músicas da semana no Spotify, na sua rede social ou no Amazon recomendando hábitos de compra. Vão muito além, adentraram todos os aspectos da vida humana, seja profissional, pessoal, acadêmico ou social. Um caso que ficou muito famoso nos Estados Unidos foi o da loja de varejo Target, a qual possuía como hábito identificar seus consumidores por números. Com base nesse volume de números, começou a reconhecer padrões de consumo, como o seguinte: mulheres quando começavam a trocar loção hidratante com cheiro, por loção hidratante sem cheiro e, simultaneamente, compravam suplementos vitamínicos de zinco, grande chance de estarem grávidas, visto que poucos meses depois começavam a comprar material de enxoval para bebê. A partir dessa constatação, a empresa começou a investir em marketing, enviando, pois, cupons de desconto por e-mail. O clímax do episódio se deu exatamente quando o e-mail chegou às mãos do pai de uma dessas consumidoras, o qual ficou extremamente indignado por induzirem a gravidez de sua filha de apenas 16 anos, uma criança, argumentando que nem mesmo vida sexual ativa ela possuía. Dias depois, esse pai ligou para a loja se retratando, dizendo que a filha estaria sim grávida e que o bebê nasceria em agosto. É um tanto absurdo pensar que o algoritmo pode identificar a gravidez de uma mulher antes mesmo de sua família, uma mera invasão à privacidade e à intimidade.

O que se pretende evitar são três coisas: Generalização, opacidade e discriminação. No caso da generalização, é importante citar o caso da Polônia, a qual possui um serviço de apoio aos desempregados que busca entender quem é esse trabalhador que está atualmente sem emprego e quais as chances de ele se reinserir no mercado de trabalho. Ocorre que há uma dificuldade de atender eficientemente uma população com número expressivo de desempregados, o que deu ensejo à criação de três categorias: a primeira engloba aqueles desempregados que são criativos, empreendedores e que facilmente conseguiriam uma colocação no mercado; a segunda categoria trata daqueles indivíduos que não são tão criativos, em virtude de terem dispendido de muito tempo em uma mesma empresa, não sendo, portanto, dotados de habilidades muito

diversas; e a terceira e última classificação envolve aqueles desempregados que tiveram um grande problema na vida e que, com isso, provavelmente não possuem *social skills* para voltar a trabalhar de forma eficiente.

O resultado dessa classificação dos indivíduos desempregados é, portanto, uma generalização dos seres humanos, em virtude de o governo polonês apresentar um rol bastante taxativo. Instiga, pois, uma reflexão acerca do cuidado e da precisão dessas divisões. Se olharmos, por exemplo, para os pertencentes ao segundo grupo, será que de fato aqueles que trabalham muito tempo em uma mesma empresa buscando a estabilidade não seriam criativos o suficiente? Esse é o grande problema dos algoritmos, eles precisam de generalizações, de um enquadramento para, a partir de então reconhecer padrões e classificar pessoas.

Em princípio, ressalta-se que os desempregados que buscavam atendimento não sabiam de fato quais características pessoais ou quais informações acerca do histórico profissional representariam pontos favoráveis ou desfavoráveis, culminando em uma concorrência injusta e sem transparência. Outrossim, deixava-se de levar em consideração pontos relevantes para a contratação, bem como o histórico criminal ou a origem étnica. Por fim, é essencial dizer que, no sistema de auxílio promovido pelo governo polonês, os candidatos alocados no terceiro grupo estariam fadados ao desemprego para sempre, visto que não havia a possibilidade de locomoção entre os grupos.

Essa é a grande questão a respeito do reconhecimento de padrões, razão pela qual o projeto polonês está sendo questionado frequentemente, discutindo-se não apenas a falta de transparência, mas também a falta de garantias de proteção de direitos fundamentais. Evidencia-se um cenário em que o governo da Polônia está tratando e utilizando dados bastante sensíveis dos cidadãos desempregados com o propósito de enquadrá-los em grupos taxativos, o que não é pertinente quando se trata de seres humanos, volúveis e minuciosos.

O segundo grande problema trazido pelos algoritmos é o que chamamos de opacidade, a qual está muito presente no sistema de crédito social chinês. O governo chinês, em um plano plurianual, anunciou a criação de uma rota de crédito social, que ranqueia o quanto cada um tem a possibilidade de pagar suas dívidas e de adimplir seus créditos. Mas ela não analisa somente aspectos financeiros, analisa aspectos mais gerais da vida, bem como os hábitos e a rotina dos indivíduos. O intuito é criar um sistema centralizado de notas, para que cada cidadão seja avaliado individualmente. Esse projeto está ancorado no conceito de confiança, o qual precisa ser reinserido tanto nas relações pessoais como comerciais dentro da sociedade chinesa. Ainda não foi criada a plataforma governamental centralizada, mas hoje o governo já trabalha com uma série de iniciativas privadas que desenvolvem esse sistema de *rankeamento*. Nesse sentido, o *site* de vendas Ali Baba, já implementou sistema de notas em seu aplicativo de pagamento, chamado Ali Pay, estabelecendo uma relação diretamente proporcional entre o número de pagamentos que o consumidor realiza e o seu *score* no site. A vantagem de se ter uma boa nota é a possibilidade do oferecimento de benefícios, quais sejam filas expressas em aeroportos ou uma maior facilidade na obtenção de visto para Singapura.

Conclui-se que são oferecidas vantagens à medida que o consumidor se adéqua ao programa de fidelidade e bom comportamento de determinadas empresas. Quando esse programa foi anunciado, um diretor de uma dessas empresas deu a seguinte declaração, que levou a população a imaginar que comprar videogame baixaria sua nota. Segundo ele, uma pessoa que passa 10 horas por dia jogando videogame poderia ser considerado alguém desocupado, ao passo que alguém que frequentemente compra fraudas poderia ser um pai, alguém que provavelmente tem um senso de responsabilidade, o que é extremamente subjetivo. Da mesma forma que *site* de vendas, os algoritmos também estão presentes nos aplicativos de namoro, estimulando as pessoas a compartilharem suas notas para obter um bom parceiro, influenciando, ainda, as relações amorosas. Pode-se ter um pai que passa 10 horas jogando videogame com a criança. São critérios subjetivos que, no entanto, não são objeto de conhecimento da população, caracterizando um mundo permeado de opacidade, de falta de transparência.

Por fim, a terceira grande problemática proveniente da padronização dos algoritmos é a discriminação, a qual pode ser constatada a partir de uma análise da plataforma *Getting Images*, um famoso banco de dados de imagens. Se buscarmos por “bebês negros”, a plataforma oferecerá milhares de imagens, no entanto, se em vez de tão específicos, optarmos por uma busca mais genérica, buscando só por “bebês”, verifica-se que o primeiro bebê negro aparecerá somente na terceira página, o que é algo muito sugestivo. Seria a maior parte dos bebês de origem branca? Ou seria o algoritmo racista? Não. Talvez a culpa não seja do algoritmo. O ser humano deve parar de transferir a culpa para a máquina, não sendo, portanto, a culpa do algoritmo, mas da base de dados que alimentou o algoritmo. O algoritmo foi alimentado predominantemente com fotos de bebês brancos que indica que talvez o seu uso privilegie bebês brancos, consequentemente o algoritmo deprecia o quanto a imagem de bebês negros aparece na plataforma.

No caso da cantora Preta Gil também pode ser identificado um viés discriminatório, na medida que, quando se buscava no Google por “atriz gorda”, logo aparecia a seguinte recomendação: “você não quer dizer pretta Gil?”. Isso que parece extremamente ofensivo, no entanto é apenas o algoritmo funcionando, dizendo que pessoas que buscam por atriz gorda geralmente clicam em fotos de Preta Gil, logo, de certa forma o algoritmo só está tentando auxiliar a sua busca. Percebe-se, pois, que é muito mais fácil atribuir a culpa ao algoritmo, quando na verdade a culpa é de como ele é alimentado, mais especificamente das bases de dados que colocam os colocam para funcionar.

Visto isso, evidencia-se uma tomada de decisão algorítmica, uma espécie de terceirização por parte dos indivíduos, o que vai muito além de uma questão meramente de privacidade, impactando direitos fundamentais como um todo. Algoritmos podem gerar um impacto positivo ou negativo a privacidade, a liberdade de expressão, ao direito à imagem, à honra, à identidade, ou seja, não estamos falando apenas de privacidade, estamos falando de uma gama gigantesca de direitos fundamentais afetada por esse desenvolvimento tecnológico.

Especulam-se algumas soluções para esse questionamento, quais sejam soluções internas e externas. Dentre as internas, o que pode ser feito é um aprimoramento das bases de dados para que não reflitam “opiniões”, resultados discriminatórios, racistas, bem como campanhas de esclarecimento sobre discriminação algorítmica.

Em contrapartida, dentre as soluções externas, vislumbra-se um tratamento legislativo geral, envolvendo o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil, além da necessidade de uma lei de proteção de dados específica, oferecendo talvez uma revisão humana ou um direito à explicação, visto que o Marco Civil é incapaz de resolver tamanha complexidade.

O termo “tecnologia” é pensado em um sentido *stricto sensu*, remetendo-nos a foguetes e laptops com internet. Contudo, é, na verdade, um termo que começou a ser usado para se referir a arte, e depois do século XVIII mudou a concepção completamente para algo mais voltado para industrialização. Hoje usamos esse termo referindo-nos a uma coisa muito leviana, muito diferente da concepção grega de *tecni*, ligada a técnica, e algo muito mais abrangente que o termo utilizado na revolução científica e industrial. É importante termos isso em mente para pensar pensarmos no tipo de tecnologia queremos incentivar daqui para frente. A tecnologia não é, portanto, neutra, visto que quando um objeto conectado é criado ele tem um aspecto físico, uma função, um design, um plano de uso. Se há uma função pré-determinada e um plano de uso para essa tecnologia, há um *imput* ético, a empresa detentora da mesma está certamente colocando uma visão de mundo nesse objeto.

Ainda nesse sentido, há quem trate a internet como um deus, colocando o ser humano no lugar de um processador ineficiente de informação. Faz-se apologia a uma espécie de religião, denominada de “dataísmo”, em um cenário em que os indivíduos estabeleceram uma fé e uma crença absoluta aos resultados oferecidos pelos algoritmos.³²

³² SOUZA, Carlos Affonso. **Algoritmos**. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação Verbal).

CONCLUSÃO:

A maior pretensão do presente trabalho foi introduzir um senso crítico nos usuários da internet, na medida que apresentou barreiras e discussões relevantes acerca da utilização dos dados pessoais daqueles que aderem as plataformas da rede. Iniciou-se com uma análise histórico evolutiva a respeito da conquista da liberdade de expressão em um período demarcado pela censura, pela tortura e pelo controle das diversas formas de pensar. Superados, pois, esses anos de muita luta e sofrimento, a sociedade brasileira passa a ter acesso àquilo que mais se almejou durante mais de uma década: a tão sonhada liberdade de imprensa, liberdade de expressão, a livre forma de pensar e agir desvinculadas do sentimento de medo da possibilidade punitiva.

Esse êxtase foi alimentado ainda mais com a Revolução tecnológica, que permitiu uma exterminação das fronteiras e uma nova relação tempo-espço jamais vivenciada em outros tempos. Ademais, com um iminente descontrole na disseminação da internet pelo mundo, a qual introduziu novos modelos de relações interpessoais, em todos os contextos, do social ao profissional, do econômico ao cultural, e diante da lacuna legislativa existente, começaram a surgir incontáveis demandas envolvendo os direitos individuais à privacidade, à honra, à imagem, à intimidade e ao chamado direito ao esquecimento.

Muito se tem falado acerca do direito ao esquecimento, ou direito à autocomposição dos seus dados, o que sugere uma verdadeira contraposição entre o direito coletivo à liberdade de expressão e direito à informação e, por outro lado, os direitos individuais atrelados à dignidade da pessoa humana. A partir de pesquisas, o que foi constatado é que o poder judiciário enfrenta uma ausência de tomada de decisão prévia de modo a embasar os julgadores, uma mera ausência de previsibilidade. O que mais provoca dúvida é que há excelentes argumentos tanto favoráveis à liberdade de expressão quanto para a defesa dos direitos individuais daquele que teve seu dado exposto.

Ainda, é inegável que, por mais que seja decidido a favor do direito ao esquecimento, o pagamento de indenização não é capaz de solucionar a real causa de pedir daquela demanda, que é nada mais que deletar terminada informação. Por um lado, o pagamento de indenização para grandes empresas, detentoras dos meios de comunicação, bem como a Rede Globo, o Google ou

o Facebook, pode ser favorável, em virtude de ser considerado um valor irrisório quando comparado com o montante do lucro que se ganha com a publicação de certa obra ou notícia. No entanto, por outro lado, esse valor indenizatório, quando se trata de uma pessoa comum, é extremamente alto e, ainda assim, não atenderia à pretensão autoral. Muito se tem estudado acerca do direito, colocando a conversão em indenização como pedido subsidiário, o que seria muito mais interessante visto que não privilegiaria economicamente nenhum demandado e atenderia, de fato, o pedido principal daquele que teve seus dados violados.

O Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o Direito ao Esquecimento, no rol dos Direitos da Personalidade, tratados no art. 11 do Código Civil de 2002, a partir do seguinte texto: “*A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento*”. Nesse mesmo sentido, na VII Jornada de Direito Civil, por meio do Enunciado 576³³, que interpreta o artigo 21 do Código Civil, possibilitou a tutela judicial inibitória nos casos de direito ao esquecimento.

³³ **BRASIL. ENUNCIADO 576 da VII Jornada de Direito Civil**– O direito ao esquecimento pode ser assegurado por tutela judicial inibitória. Parte da legislação: art. 21 do Código Civil Justificativa: Recentemente, o STF entendeu ser inexigível o assentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais (ADIn 4815), asseverando que os excessos devem ser coibidos repressivamente (por meio do direito de resposta, de uma indenização por danos morais ou pela responsabilização criminal por delito contra a honra). Com isso, o STF negou o direito ao esquecimento (este reconhecido no Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil) quando em confronto com a liberdade de publicar biografias, mas sem eliminar a possibilidade de seu reconhecimento em outros casos concretos. É hora, pois, de reafirmar a existência do direito ao esquecimento. Esta é a posição conciliadora de Gustavo Tepedino (Opinião Doutrinária acerca da interpretação conforme a Constituição dos arts. 20 e 21 do CO, Organizações Globo, 15.06.2012, p. 25), ao afirmar que o direito ao esquecimento cede espaço ao interesse público inerente à publicação de biografias. Sobretudo, mais do que ser reconhecido, o caso concreto pode exigir que o direito ao esquecimento seja protegido por uma tutela judicial inibitória, conforme admitiu o STJ em dois precedentes (REsp 1.334.097/RJ e REsp 1.335.153/RJ). Isso porque a violação do direito à honra não admite a restitutio in integrum. A compensação financeira apenas ameniza o abalo moral, e o direito de resposta proporcional ao agravo sofrido também é incapaz de restaurar o bem jurídico violado, visto ser impossível restituir o status quo. Como afirma Marinoni, é dever do juiz encontrar, dentro de uma moldura, a técnica processual idônea à proteção do direito material, de modo a assegurar o direito fundamental a uma tutela jurisdicional efetiva (art. 5º, XXXV, CF/88). Disso se conclui que não se pode sonegar a tutela judicial inibitória da VII Jornada de Direito Civil para resguardar direitos dessa natureza, pois nenhuma outra é capaz de assegurá-los de maneira tão eficiente.

Apesar da criação do Marco Civil da Internet no Brasil, com a Lei 12.965 de Abril de 2014, o qual buscou estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, trazendo a figura do “consentimento expresso” do usuário como forma de assegurar seus dados pessoais, este não se mostrou suficiente, tendo em vista que esse modelo não acompanhou a evolução da internet, de modo que essa forma de consentimento é amplamente burlado pelos próprios usuários, os quais não leem nem mesmo os termos de uso no momento de uma contratação virtual.

Em meio à ausência legislativa, surgiu, no Brasil, o Projeto de Lei 5276 de 2016, que é o que mais se aproxima da possibilidade real de proteção dos dados pessoais. Enquanto o Marco transpôs, para o mundo virtual, garantias constitucionais, como de liberdade de expressão e de informação, o PL dá disposições mais específicas quanto à forma como dados pessoais coletados podem ser tratados, armazenados e dispostos, tanto por entidades públicas quanto privadas. Ademais, convêm ressaltar que o escopo das disposições do projeto ora em análise ultrapassa o mundo virtual. Caso aprovada, a regulamentação será aplicada no tratamento de dados em qualquer meio, não apenas na internet. O Projeto de Lei caminha com o mesmo ideal do primeiro projeto com o intuito de unificar e padronizar leis que tratam da proteção de dados por toda a Europa, empoderando os cidadãos e protegendo-os.

Após grande repercussão em âmbito nacional e internacional, estudiosos acerca do assunto têm alertado os usuários para um uso mais consciente da rede, o que tem provocado uma certa mobilização das detentoras das grandes plataformas no sentido de promover uma maior segurança aos dados dos seus usuários, incrementando projetos, reformulando termos de uso, criptografia, dentre outros. Ainda assim, os dados são vistos, no mundo atual, como o “novo petróleo” o que atrai olhares diversos.

Muito se tem discutido acerca da internet das coisas, ou seja, percebe-se exponencial crescimento de objetos conectados, o que pode parecer um avanço positivo, contudo, já vivenciamos severos impactos. Em meio a esses, podemos citar a presente desigualdade no que diz respeito ao acesso à internet, consagrada, hoje, tanto pela ONU quanto pelo Marco Civil, um direito fundamental. Metade da população mundial está desconectada, seja por motivos sociais,

econômicos, territoriais, culturais ou religiosos. As grandes detentoras têm, inclusive, projetos para solucionar essa questão, como por exemplo enviando balões 3G na atmosfera, no entanto, isso criaria certa fidelização o que tornaria o acesso tendencioso.

Além disso convém ressaltar que os principais problemas provocados são, ainda, a cibersegurança, a privacidade e a ética, em um universo em que os seres humanos endeusam a internet, fenômeno conhecido como “dataísmo”. Em virtude dessas iniciativas aterrorizantes, nota-se um significativo atraso entre o Direito e o avanço da informatização. E em um cenário de internet das coisas onde temos inúmeros objetos conectados ao nosso redor, os riscos são colocados num patamar que a humanidade nunca viu, são os dados pessoais que sofrem tratamento, armazenamento, então a gente escalona todo esse problema. A maior questão que preocupa os estudiosos é tentar equilibrar esse contexto de hiperconectividade sem expor a privacidade de cada indivíduo.

Nesse sentido, os algoritmos são capazes de definir quem somos, quem são nossos amigos, que tipo de música gostamos, são capazes de caracterizar-nos por completo, a partir do cruzamento de dados. Evidencia-se uma prática comum dos seres humanos na terceirização dos algoritmos, no sentido de transferir responsabilidades. Soa realmente incrível a possibilidade de transferência de responsabilidades quando se trata de trabalhos massivos, contudo, os algoritmos podem refletir negativamente em aspectos como a discriminação, a opacidade e a padronização. A tomada de decisão algorítmica, uma espécie de terceirização por parte dos indivíduos, o que vai muito além de uma questão meramente de privacidade, impactando direitos fundamentais como um todo. Algoritmos podem gerar um impacto positivo ou negativo a privacidade, a liberdade de expressão, ao direito à imagem, à honra, à identidade, ou seja, não estamos falando apenas de privacidade, estamos falando de uma gama gigantesca de direitos fundamentais afetada por esse desenvolvimento tecnológico.

Há estudos soluções para esses problemas, envolvendo um aprimoramento das bases de dados para que não reflitam “opiniões”, resultados discriminatórios, racistas, bem como campanhas de esclarecimento sobre discriminação algorítmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASHTON, Kevin. *A coisa da internet das coisas*. RFID Journal, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. ***Liberdade de Expressão, Censura e Controle da Programação de Televisão na Constituição de 1988***. In Temas de Direito Constitucional, 2001, p. 345-6.

BRASIL. Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 07 de novembro de 2017.

BRASIL. Enunciado 576 da VII Jornada de Direito Civil. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados%20aprovados%20-%20VII%20jornada/view>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

BRASIL. STJ, REsp. 1.316.921-RJ, rel. Min Nancy Andrighi, j. 26.06.2012.

BRASIL. STJ. REsp 1.334.097/RJ, 4ª Turma, Rel. Luis Felipe Salomão, julgado em 28.05.2013. Publicado no DJe 10.09.2013. Acesso 29 de maio de 2015. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115033794/stj-05-05-2016-pg-5524>>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

BRASIL. TJRJ, 2ª CC, Ap civ. 1991.0011.03819, Des. Thiago Ribas Filho, j. 27.02.1992.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão no Agravo de Instrumento 472.738-4. Relator: Des. ZULLANI, Ênio Santarelli.

BUCAR, Daniel. ***Controle temporal de dados: o direito ao esquecimento***. Civilistica.com. Rio de Janeiro. A. 2, n. 3, jul-set./2013. Disponível em <<http://civilistica.com/controle-temporal-de-dados-o-direito-ao-esquecimento/>>. Data de acesso: 13 de novembro de 2017.

Convergência digital, dados do Summerlab da Ericsson. Disponível em <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&tpl=home>>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

EUROPEAN UNION GENERAL DATA PROTECTION REGULATION. Disponível em <<http://www.eugdpr.org/>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

GRECO, Rogério. ***Principiologia penal e garantia constitucional à intimidade***. In Temas Atuais do Ministério Público. 4ª ed. Salvador: Jus Podvm, 2013.

HESSE, Konrad. ***Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha***. 1998, p. 302-3.

LEITE, Fabio. **Privacidade e Internet: Direito ao Esquecimento**. PUC-RJ. Rio de Janeiro-RJ. 18 de setembro de 2017. (Informação verbal).

MAGRANI, Eduardo. **Internet das coisas e algoritmos**. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

MARTINS, Guilherme Magalhães. **Direito Privado e Internet**. 1ª ed. São Paulo: ATLAS, 2014. Cap. 1, p. 1-28.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Ampliando os direitos da personalidade**. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/288490662_Ampliando_os_direitos_da_personalidade>. Acesso em: 5 de novembro de 2017.

MULHOLLAND, Caitlin. **Proteção de dados pessoais**. PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

O'NEIL, Kathy. **Weapons of Math Destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. 2016. Disponível em <<https://weaponsofmathdestructionbook.com/2016/06/21/blog-post-title-3/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

O'NEIL, Kathy. **Doing Data Science**. 2013. Disponível em <<https://weaponsofmathdestructionbook.com/2016/06/21/blog-post-title-3/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

PEREIRA DE SOUZA, C. A. **Contornos atuais do direito à imagem**. In: Revista Forense, n. 367, mai-jun. de 2003, pp. 45-68.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade de vigilância**. Privacidade hoje, cit, no prelo. A hipótese é explicada por Danilo DONEDA. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 23-24.

ROSIMA, Monica Guise. "Privacidade e internet: proteção de dados pessoais". PUC-RJ. Rio de Janeiro – RJ. 18 setembro de 2017. (Informação verbal).

SOUZA, Carlos Affonso. **Algoritmos**. PUC- RJ. Rio de Janeiro – RJ. 19 de setembro de 2017. (Informação verbal).

SOUZA, Carlos Affonso. **Cidades Inteligentes e Big Data**. Instituto de Tecnologia e Sociedade – ITS. Outubro de 2017. (Informação verbal).

VENTURINI, Jamila. LOUZADA, Luiza. MACIEL, Marília. ZINGALES, Nicolo. STYLIANDU, Konstantinos. BELLÌ, Luca. MAGRANI, Eduardo. **Terms of Service and Human Rights: na analysis of online platform contracts**. FGV Direito Rio. Rio de Janeiro: REVAN, 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. Disponível em < <https://www.weforum.org/> >. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

